

Confira!

Coluna Sindicatos | página 40

Agenda de Eventos | página 46

EXCLUSIVA: Entrevista com o Ministro da Justiça, Anderson Torres

Página 24

Fenavist discute menor
aprendiz com Ministério
do Trabalho

Página 6

Polícia Federal realiza
operações de combate à
clandestinidade

Página 8

Fenavist lança selo
Segurança sem
Preconceito

Página 14

ISC BRASIL

21 - 23 | **20**
SETEMBRO | **22**

EXPO CENTER NORTE
SÃO PAULO - SP

ISC EAST
NOVA YORK - EUA

ISC WEST
LAS VEGAS - EUA

EXP
SEGURIDAD
CIDADE DO MÉXICO - MÉXICO

NOVA DATA




FEIRA INTERNACIONAL DE SOLUÇÕES
INTEGRADAS DE SEGURANÇA


ELETRÔNICA • PRIVADA E PATRIMONIAL • PÚBLICA

SEGURANÇA INTEGRADA PARA UM MUNDO MAIS SEGURO E CONECTADO

SEJA UM EXPOSITOR NA ISC BRASIL

11 3060.4892 | comercial@iscbrasil.com.br

 /iscbrasil

 /isc-brasil

Confira nosso site e acompanhe todas as novidades:

iscbrasil.com.br

Apoio Oficial:

Organização e Promoção:



MAIS UM ROUND

Estamos próximos do final de mais um ano. E só consigo pensar que, na nossa luta diária pela sobrevivência do segmento, vencemos mais um round. O ano de 2021, infelizmente, foi tão duro e cheio de desafios quanto os últimos.

Calma, antes que se iniciem os questionamentos, é óbvio que temos algo muito importante a comemorar e, talvez, seja a maior vitória do ano, a vacinação em massa da população brasileira e a redução gigantesca dos números de casos e mortes provocados pela covid-19 nos últimos três, quatro meses.

Essa mudança de cenário é sim um alento e vislumbre de perspectivas mais positivas, mas não podemos pensar que a luta está completamente vencida nem nos esquecermos de todas as famílias que perderam entes queridos.

Passamos os últimos doze meses batalhando diariamente. A crise econômica se acentuou. Inflação e dólar disparados, bolsa em queda em vários momentos impuseram ainda mais desafios à nossa atividade. O cobertor que era curto encolheu mais um pouco. Para sobreviver, fomos obrigados a nos reinventar a cada vinte e quatro horas, não só dentro das nossas empresas, mas também nas entidades que representamos.

A Fenavist, ao lado dos sindicatos, atuou de todas as maneiras para minimizar todos os obstáculos que se apresentaram aos atores do segmento. Conseguimos muitas conquistas, no entanto, admito que uma grande frustração permaneceu. Novamente, o Senado relegou uma das pautas mais importantes do País por tudo que representa: o Estatuto da Segurança Privada. Mas, não desistiremos dessa batalha. Esse round está apenas empatado, e tenho certeza de que venceremos, assim como contribuiremos para uma mudança estrutural na sociedade brasileira. O Selo e a Cartilha "Segurança sem Preconceito", que lançamos juntamente com a Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), fazem parte dessa nossa luta.



O lançamento dessa campanha em meio a tantas dificuldades é só mais uma das ações que comprovam o quanto a segurança privada tem papel fundamental no Brasil. Também serve de combustível para que iniciemos 2022 com as esperanças renovadas e prontos para todos os rounds que precisemos lutar.

Para a segurança privada brasileira, a opção desistir não existe. Sempre vamos até o fim para conquistar nossos objetivos.

**Um feliz natal e
um excelente ano de 2022!**

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

José Jacobson Neto

Vice-Presidentes

Alberto Mario Alves Fonseca, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco, Autair Luga, Avelino Lombardi, Dildo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Flavio Sandrini Baptista, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini, João Eliezer Palhuca, Lauro Santana, Luis Gustavo Silva Barra, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Percival Aracema, Renato Fortuna Campos, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel

Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Júnior, Amauri de Oliveira Soares, Amílto José do Pilar, Andrea Carla, Ari Favero Dal Bem, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Domingos Alcantara Gomes, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Gilberto Perera, Jefferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, José Evaldo Vieira, José Pacheco Ferreira, Joseph Ribamar Madeira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luis Fernando Azevedo da Silva, Orlando Braga de Almeida, Paulo César Braga Icó da Silva, Sandro Maurício Smaniotto.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Angelo Roberto Jacomini, Carlos Eduardo Lobato Frota, Flavio Sandrini Baptista, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Frederico Crim Câmara, Leonardo Ottoni Vieira.

Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Halano Soares Cunha, Sandro Ataíde Moura, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, João José Andrade de Almeida.

Delegados Representantes

Jacymar Daffini Dalcamini, Jeferson Furlan Nazário, Odair Conceição, Waldemar Pellegrino Junior.

Conselheiros Sesc/Senac

Lélio Vieira Carneiro, Leonardo Ottoni Vieira, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jefferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.

ascom@fenavist.org.br

55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar

Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120

Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440

www.fenavist.org.br

fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

6 Fenavist discute menor aprendiz com o Ministério do Trabalho

7 Artigo: O rito de passagem para um volátil 2022

8 Polícia Federal realiza operações de combate à clandestinidade

9 Conexão Profissional levará conhecimentos de informática a adolescentes e trabalhadores em Santa Catarina

10 Artigo: O exercício de Futurologia e as condições extremadas do Brasil

12 Após quase dois anos, diretoria da Fenavist volta a se reunir presencialmente

14 Fenavist e ABCFAV lançam selo Segurança sem Preconceito

17 Artigo: E sua empresa, já se adequou à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?

19 Hackathon propõe solução para Segurança Pública e Privada do Pará

20 Seminário discute Segurança Privada entre a Polícia Federal e o Sindicato patronal em São Paulo

23 Artigo: Distribuição de Lucros.

Quais pontos observar e como pode ficar em 2022?

24 Capa: Entrevista com o ministro da Justiça, Anderson Torres

29 Artigo: Ano 2022: o recomeço?

30 Trajetória Segura

32 Artigo: Em pauta as eleições de 2022!

34 Artigo: Passivos trabalhistas, (in)segurança jurídica e a s-inalização do STF

36 Coluna Fenavist

38 Informação Segura

40 Coluna Sindicatos

42 Segurança Inteligente

43 Lista SINDICATOS

44 Coluna Gente

46 Agenda

Fenavist discute menor aprendiz com o Ministério do Trabalho

Houve duas reuniões no mês de novembro

No último dia 17 de novembro, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e a Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac) participaram de uma reunião presencial no Ministério do Trabalho e Previdência. Os representantes das entidades se reuniram com o secretário do Trabalho, Luiz Felipe Batista de Oliveira; a secretária adjunta, Tatiana Severino de Vasconcelos; o subsecretário da Subsecretaria Capital Humano, Rodrigo Zerbone; e a assessora parlamentar do ministro, Aline Nunes Cristofolini. Os participantes discutiram a incompatibilidade do setor de serviços com o cumprimento da cota da lei de aprendizagem.

No encontro, a Fenavist foi representada pelo vice-presidente para Assuntos junto ao Poder Executivo, Avelino Lombardi, e pela advogada da entidade, Mirelle Portela. Lombardi também representou a Febrac ao lado da consultora jurídica da entidade, Lírian Cavalheiro. O deputado federal, Darci de Matos (PSD-SC), também participou da reunião.

O setor de Serviços explicitou as dificuldades no cumprimento da cota do percentual disposto nos artigos 428 e 429 da CLT, pela incompatibilidade dos menores aprendizes na atividade da Segurança Privada e na exposição da aprendizagem à atividade com periculosidade.

O secretário do Trabalho, Luiz Felipe Batista de Oliveira, afirmou que entende perfeitamente a demanda apresentada e compreende o desafio enfrentado quanto à dificuldade de contratação de aprendizes no setor da Segurança Privada. Disse ainda estar inteirado de todo o material e requerimentos feitos pela Fenavist.

Em sua fala, Avelino Lombardi voltou a reforçar o pleito feito no dia 4 de novembro, quando da pri-



meira reunião sobre o tema entre a Fenavist e a pasta, para que as especificidades do segmento sejam respeitadas em relação à cota da Lei do Menor Aprendiz. De acordo com a legislação, as empresas devem contratar, no mínimo, 5%, e, no máximo, 15% de jovens aprendizes por estabelecimento. O número deve ser calculado sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional.

A solicitação da Federação, que conta com o apoio da Polícia Federal (PF), órgão que regulamenta e fiscaliza o setor, é de que a porcentagem exigida seja aplicada apenas sobre o número de trabalhadores das áreas administrativas. A própria Lei nº 7.102/1983, que estabelece os critérios para a formação dos vigilantes, estabelece regras incompatíveis com a cota de aprendizes, como a idade mínima de 21 anos e a realização de curso de formação. A alteração é imprescindível para que as empresas do segmento deixem de sofrer com ações e multas arbitrárias aplicadas em muitos casos.

Ao final do encontro, o secretário do Trabalho informou que o tema será pauta de consulta pública juntamente com o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), que terá o cronograma publicado nos próximos dias, para a qual serão chamadas as confederações nacionais e as centrais sindicais de trabalho para contribuírem com o tema.

O objetivo da Consulta Pública é elaborar material que demonstre a dificuldade de o setor de serviços cumprir o percentual da cota de aprendizagem sobre todo o efetivo, conforme disposto em lei, e possível regulamentação legislativa.

Nesse Conselho, tanto a Fenavist quanto a Febrac são representadas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O RITO DE PASSAGEM PARA UM VOLÁTIL 2022

Hélio Gomes Coelho Júnior

Advogado e professor de Direito do Trabalho na PUC-PR. Consultor jurídico da Fenavist



Antes de iniciar o presente escrito, fui à edição de dezembro do ano passado e, nas páginas 30/33, encontrei o texto que produzi à época: Três anos da reforma trabalhista. Fim de ano e um presságio, entendido este como um sinal pelo qual se julga adivinhar o futuro.

Sobre o presságio, escrevi à época: “Fim de ano é época de presságios. Sem rodeios, farei um prognóstico. O STF, por maioria de votos, formada pelos ministros Gilmar Mendes, Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Dias Toffoli, Carmen Lúcia, Luiz Fux, vencidos os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber e Marco Aurélio, fixará a tese da prevalência do “negociado sobre o legislado”, ressaltados os direitos constitucionalmente assegurados (que são os inscritos no art. 7º da Constituição)”.

Errei. O caso entrou e saiu de pauta por várias vezes, na gestão de Toffoli e Fux. Marco Aurélio foi jubilado. Até o momento em que escrevo, o Senado não apreciou o nome de André Mendonça que o Executivo lhe encaminhou. Defendo-me, com a frase atribuída a Pedro Malan: “no Brasil, até o passado é incerto”. Aguardemos para 2022 a decisão sobre o “negociado x legislado”, contando com o voto do André Mendonça, que deverá estar já ministro. Será uma porta aberta aos sindicatos competentes, obreiros ou patronais.

O ano de 2021 não foi um bom ano para o País. Não tivemos a reforma administrativa, tampouco a tributária. O PIB – soma de todos os bens e serviços produzidos no País e régua para medir a evolução

Aguardemos para 2022 a decisão sobre o “negociado x legislado”, contando com o voto do André Mendonça, que deverá estar já ministro. Será uma porta aberta aos sindicatos competentes, obreiros ou patronais.

da economia – , que em 2020 cravou uma queda de 4,1%, crescerá em 2021, para repor o que já tivemos, e em 2022 está diagnosticado como anêmico. A inflação dança na casa de dois dígitos. A pobreza cresceu. O desemprego é agudo. A informalidade ganha ares de importância na atividade econômica. E as empresas em compasso de espera ou com um ou dois pés atrás. Os três Poderes com seus déficits, cada um do seu jeito. Como diria o patriarca da família Simpsons: “a culpa é minha, e eu a coloco em quem eu quiser”.

O de 2022 será o último de um quadriênio e, assim, volátil, no sentido de inconstante. Teremos eleições para presidente, governador, senador (uma vaga) e deputados (estaduais e federais). Serão 145 milhões de brasileiros indo às urnas (eletrônicas, felizmente), para a escolha de seus representantes no Executivo e Legislativo, dado que os do outro Poder, o Judiciário, são vitalícios até alcançarem os seus 75 anos.

Um presságio para 2022? Vote. Arrependem-se-ão menos os que mais refletirem.



Polícia Federal realiza operações de combate à clandestinidade

PF intensificou o cerco contra o mercado irregular

A Polícia Federal realizou no último dia 25 de novembro a operação Segurança Legal V em todas as suas unidades no País. Cerca de 590 policiais federais fiscalizaram empresas clandestinas de segurança privada.

A operação aconteceu em todas as 27 capitais e nas 95 unidades descentralizadas da Polícia Federal no País com o objetivo de encerrar a atividade de empresas que executam segurança privada sem autorização da Polícia Federal.

Ao todo, a Operação Segurança Legal V contou com a atuação de 579 policiais, 597 locais foram fiscalizados e 11 pessoas presas. Os agentes aplicaram 204 autos de encerramentos, 34 de infrações, 20 de arrecadação, além de 2 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO).

Desde 2017, a Polícia Federal vem realizando essa operação de âmbito nacional.

A contratação de serviços clandestinos de segurança privada coloca em risco a integridade física de pessoas e o patrimônio dos contratantes, já que os "seguranças" clandestinos não se submetem ao controle da Polícia Federal quanto a seus antecedentes criminais, a sua formação, aptidão física e psicológica. Além disso, as empresas clan-

destinas não observam os requisitos mínimos de funcionamento previstos na legislação. No Brasil, somente empresas de segurança privada autorizadas pela Polícia Federal podem prestar serviços e contratar vigilantes.

Venda de CNV

No final de outubro, a PF já havia desencadeado a operação Gladiador destinada a reprimir a atividade fraudulenta de comercialização da Carteira Nacional de Vigilante (CNV) emitida pela Corporação.

De acordo com as apurações, o esquema consistia na venda de CNV para pessoas sem vínculo empregatício com qualquer empresa de vigilância e mediante o uso de dados falsos.

Cada carteira era emitida ao preço de R\$ 180 a R\$ 220. A investigação estima que foram comercializadas mais de 500 CNV para vigilantes do estado de São Paulo e de outras unidades da federação.

A operação Gladiador implicará ações de fiscalização, processos punitivos de empresas de segurança privada e dos vigilantes envolvidos no esquema ilícito, bem como na responsabilização penal das responsáveis pelos delitos de falsidade.

Fonte: Comunicação Social da Polícia Federal

Conexão Profissional levará conhecimentos de informática a adolescentes e trabalhadores em Santa Catarina

Projeto é executado pelo ICAEPS e conta com parceria do Sindesp-SC

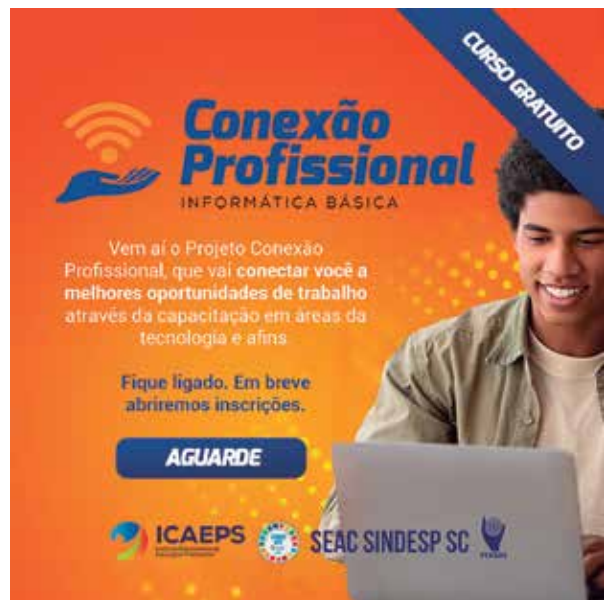
Em 2022, o Projeto Conexão Profissional propiciará a jovens e profissionais de Santa Catarina acesso a melhores oportunidades de trabalho, com capacitações de alto nível em áreas de tecnologia e afins.

A execução será do ICAEPS, em parceria com o Sindesp-SC, SEAC-SC e a Federação dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Prestadoras de Serviço, Asseio e Conservação e de Transporte de Valores de Santa Catarina (FEVASC).

O projeto contemplará adolescentes de 14 a 24 anos, filhos dos colaboradores das empresas terceirizadas, dos setores de asseio, conservação, serviços terceirizados e de segurança privada, bem como os próprios funcionários, além da sociedade em geral, por meio de parcerias com instituições representativas.

“O Conexão Profissional será a nova etapa do Jovem Profissional, projeto realizado nos últimos anos pelas entidades, em parceria com a Junior Achievement, voltado para capacitação de jovens para o mundo do trabalho. Nossa missão agora é auxiliar na atualização e capacitação de milhares de pessoas no estado”, ressalta o presidente do ICAEPS, Evandro Fortunato Linhares.

O objetivo do curso será familiarizar o aluno com noções e conceitos básicos em informática, bem como possibilitar a ele desenvolver habilidades na utilização de softwares, aplicativos e utilitários livres que possam ser úteis como ferramentas de trabalho em seu cotidiano.



“Pesquisas recentes mostram que, mesmo com a expansão do uso de smartphones e computadores, milhões de brasileiros ainda têm dificuldades em acessar ferramentas básicas de tecnologia. A ideia do projeto é justamente capacitar jovens e profissionais para que possam se adequar às exigências do mercado na busca por novas oportunidades”, destaca o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger.

Segurança Privada

O Instituto, em parceria com o Sindesp-SC, prepara ainda uma série de atividades exclusivas para 2022. São cursos e eventos nas áreas de segurança privada e monitoramento que podem ser realizados de todo o País.

Configuram alguns dos cursos programados: Gestão em Segurança Privada, Supervisor e Operador de Central de Monitoramento, Supervisão de Instalação de Sistemas Eletrônicos de Segurança, Aperfeiçoamento de Consultores de Segurança Privada, Operador de Portaria Remota, Atendente de Alarmes, Auxiliar de Sistemas Eletrônicos de Segurança, Instalador de Sistemas eletrônicos de Alarme e Instalador de Sistemas de Circuito fechado de TV, entre outros.

Nos próximos meses, o ICAEPS divulgará em suas redes sociais as demais atividades.



Euripedes Abud
Consultor econômico



Vilson Trevisan
Consultor econômico

O EXERCÍCIO DE FUTUROLOGIA E AS CONDIÇÕES EXTREMADAS DO BRASIL

Em todo final de ano muitos de nós, profissionais da área econômica, somos chamados a reproduzir pensamentos sobre as tendências para o ano vindouro, ou seja, convocados a montar um quadro sobre o futuro diante de todo o cenário trazido pelo ano a ser anunciado como findo em poucos dias.

Nos dias de hoje, a quantidade e a celeridade de troca de informações produzem efeitos sobre a economia de forma instantânea, fechando-se mercados, criam-se barreiras, e a economia se torna refém dessa ciranda descontrolada de informações, muitas vezes, provocada por fake news, outras verdades tendenciosas e, em poucas ocasiões, por fatos verdadeiros. Enfim, o mundo especulativo provocado por poucos afeta os interesses da maioria.

Para processar tudo isso, devemos quantificar os reflexos de fatos macroeconômicos e que hoje são muitos e bastante diversos, tais como o ecossistema, as geleiras, o pânico das queimadas no Cerrado e na Amazônia, a seca, as inundações no Hemisfério Norte, o preço do petróleo e também e principalmente a pandemia que, no limite, ainda não acabou totalmente. Olhando por esse viés, a economia mais parece um cavalo selvagem, difícil de ser domado, portanto, é quase impossível antecipar a tendência de seus trotes.

Esse ritmo desnordeado da economia gera também análises incompreensíveis, alguns escrevendo que já se passaram quatro anos desde a reforma da CLT e ela não teria produzido nenhum efeito positivo entre aqueles difundidos no discurso original, como, por exemplo, o aumento na empregabilidade. Parece que até mesmo grandes analistas se desconectam da realidade e dos fatos que o mundo produz a todo instante. Foi inequívoco o ganho, principalmente no campo das demandas trabalhistas. Os demais problemas de emprego e renda não podem ser dissociados de uma realidade pandêmica e de outras variáveis que também concorreram com a nova legislação, não se podendo atribuir a ela exclusivamente o sucesso ou fracasso nos esforços de melhoria do emprego e da renda.

No Brasil, em especial, todas essas variáveis se intensificam e, em anos eleitorais como será 2022, de forma exponencial. O Brasil permanece polarizado entre duas correntes completamente distintas de pensamento político e que são igualmente antagônicas no campo econômico, o que torna qualquer trabalho de antecipação das perspectivas um exercício de magia. Defendemos a necessidade de mudança desse calendário eleitoral que torna o País dependente do escrutínio a cada 2 (dois) anos. No período de março a dezembro, Brasília se esvazia, matérias importantes ficam paralisadas no congresso, porque todos se voltam para o seu curral eleitoral.

O Estado no Brasil sempre foi historicamente incompetente ou ausente em quase tudo e, por essa razão, acabou remetendo para a sociedade os encargos de fazer o que deveriam ser suas obrigações naturais, como saúde e educação. Diante de uma grande massa de excluídos, esse mesmo Estado viu-se na condição de criar leis compensatórias e assistencialistas que postergam a solução das causas. Com essa conduta, o Estado vai ficando pesado e caro para todos, inclusive para os próprios excluídos, estimando-se atualmente um custo de tributos de R\$ 0,47 (quarenta e sete centavos de real) para cada R\$ 1,00 (um real) de salário pago.

Esse esvaziamento do Estado, no desempenho do seu papel fundamental, provoca efeitos diretos na economia, em razão da ausência de profissionais preparados e com perfil empresarial e treinamento para negócios, o que também afeta a economia em longo prazo, pois tratamos aqui da produtividade, um de nossos principais problemas. O mesmo

a. A inflação ultrapassou e muito o teto da meta e será inevitável a elevação da Selic para trazê-la ao controle. A Selic pode chegar assim até a 11%, talvez 12% ao ano, o que necessariamente vai dificultar o crescimento que deverá ficar entre 0,5% e 1,5%. A retomada mais forte decorrente da diminuição dos efeitos da pandemia na prática já se deu este ano com a ocupação de parte da capacidade ociosa dos agentes econômicos. De qualquer forma, a inflação deverá voltar para dentro da meta, ficando entre 4,5% e 5% ao ano.

b. Com o aumento da Selic a patamares atrativos à especulação, aguarda-se um retorno significativo do capital estrangeiro, principalmente à Bolsa brasileira, já que esse mesmo retorno aos investimentos diretos vai depender muito da confiança nos discursos dos principais candidatos presidenciais. Todavia, somente com o retorno de caráter especulativo, vemos a possibilidade de uma apreciação do real, hoje muito desvalorizado, voltando talvez

ocorre com a preparação de novos empreendedores, fazendo com que 60% das empresas encerrem suas atividades com menos de 3 (três) anos.

Considerando a complexidade econômica, a legislação tributária ultrapassada e sem grandes perspectivas de mudanças positivas no curto prazo, a transferência de obrigações do Estado para a sociedade e, principalmente, a oscilação política do País entre correntes opostas a cada 24 (vinte e quatro) meses, é praticamente impossível para empregados e empregadores estarem prontos para uma agenda de desenvolvimento sustentado.

Enfim, insistimos até aqui na descrição desse cenário para conferir a exata dimensão da tarefa de estabelecer tendências econômicas para o País. Porém, em todo final de ano, num esforço intelectual, debruçamo-nos para extrair o melhor possível, até mesmo para nossa referência e definição de estratégias a seguir, e assim o fizemos conforme segue:

para uma faixa entre R\$ 5,00 e R\$ 5,50.

c. Já os preços dos combustíveis é, entre as principais variáveis monitoradas, a mais difícil de ser prevista, pois há fortes pressões internacionais para elevação do preço do petróleo, porém, a possível apreciação do Real em decorrência da forte elevação da Selic poderá compensar em parte. No final das contas, o preço da gasolina deverá continuar elevado.

d. Para o segmento da segurança privada, resta claro que será um ano difícil em face do baixo crescimento esperado, tornando-se mais um período de luta visando à manutenção das posições para a maioria das empresas. O segmento deverá continuar envidando todos os esforços para aprovar o novo Estatuto e para trazer à pauta uma reforma tributária que desonere sua folha e privilegie o emprego. Ou, ao menos, que evite o aumento da carga tributária atual.

Como sempre, aos pobres mortais, entre os quais todos estamos incluídos, renovam-se os sonhos e as esperanças para os próximos 12 (doze) meses de existência, sabendo-se previamente que entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) meses outra eleição vai tomar conta do país.

Feliz 2022 a todos!



Após quase dois anos, diretoria da Fenavist volta a se reunir presencialmente

Após assembleias, diretores participaram de um almoço de confraternização

“Estamos dando um passo de cada vez para novamente unir e trazer todos de forma segura, durante os próximos meses, de modo presencial. Entendo que é muito diferente, muito mais produtivo do que virtualmente. Esse calor humano faz falta para todos nós e é de suma importância para que as nossas relações fiquem mais fortes e consigamos defender esse setor que tanto sofre. Sei que não é só o nosso, mas todo o Brasil vem sofrendo com a pandemia, com os problemas econômicos, sociais, e a presença é uma forma de acaltermos um pouco o coração de cada um.” Assim o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, abriu a Assembleia Geral Ordinária (AGO) e a reunião da diretoria executiva da entidade no último dia 25 de novembro. Os dois encontros, mesmo que realizados de forma híbrida, com participação por meio virtual, marcou a retomada das reuniões presenciais da Fenavist após quase dois anos.

O vice-presidente para Assuntos de Secretaria, Odair Conceição, fez questão de recordar todas as vítimas perdidas durante a pandemia. “Cada um que está aqui lamenta com toda certeza as perdas que o setor teve, de vigilantes, de em-

presários, de familiares nossos com essa terrível doença que tem ceifado muitas vidas por todo o mundo.”

Durante as duas assembleias, os diretores aprovaram o orçamento da Federação para o ano de 2022 e discutiram questões fundamentais para o segmento, como a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, reforma tributária, clandestinidade, reforma trabalhista, menor aprendiz, entre outras.

A clandestinidade, inclusive, foi um tema abordado também pelo coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Licínio Nunes, que esteve presente à reunião de diretoria. Ele aproveitou para destacar a operação Segurança Legal V. “Neste fim de ano, está sendo deflagrada mais uma versão da operação segurança legal. Viemos aplicando isso desde 2017. A ideia era crescer, ter mais de dez ações durante o ano, mas veio a pandemia (...). Graças a Deus, ela foi diminuindo, e conseguimos fazer essa operação agora no final do ano com tranquilidade.”

Durante a reunião de diretoria, também houve o lançamento oficial do “Selo Segurança sem Preconceito” e da cartilha “Segurança sem Preconceito”.

Confraternização

Após a suspensão de todos os eventos presenciais em 2020 e praticamente de todo ano de 2021, no dia 25 de novembro também houve a realização de um almoço de confraternização para a diretoria e alguns convidados.

O evento foi marcado por um sentimento de retomada. Muitos dos participantes não se encontravam pessoalmente há um bom tempo.

Em um breve discurso, o presidente parabenizou os empresários do segmento que continuaram lutando mesmo diante de todos os obstáculos impostos pela pandemia. "Sem vocês ajudando, não somos nada. É difícil ser líder sindical." Nazário ainda desejou que o próximo ano seja de muitas conquistas para o setor.

Galeria de Fotos





Fenavist e ABCFAV lançam selo **Segurança sem Preconceito**

Entidades também apresentaram cartilha com conceitos e orientações que ajudam no combate a todo tipo de discriminação

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56% dos brasileiros se declaram negros, e 52% da população são formados por mulheres. Dez por cento se identificam em alguns dos grupos que compõem a LGBTQIA+, de acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Infelizmente, as pessoas inseridas nesses três recortes têm maior probabilidade de serem alvo de algum tipo de preconceito. Outra característica em comum é o fato da discriminação nesses casos estar enraizada na sociedade brasileira. Termos como “racismo estrutural” exemplificam muito claramente essa situação.

Diante desse cenário, o dia 25 de novembro de 2021 foi histórico para a segurança privada. Durante reunião da diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), realizada em Brasília, com a presença do coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Licínio Nunes, a Fenavist e a Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV) lançaram oficialmente o Selo de Qualidade “Segurança sem Preconceito”.

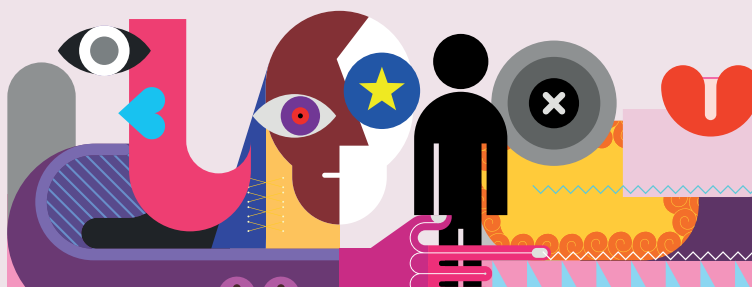
A segurança privada está presente em todo o País e tem papel fundamental na mudança desse cenário, bem como na evolução da sociedade. São mais de 500 mil vigilantes lotados em bancos, shoppings, comércio, indústria, aeroportos, órgãos públicos, entre outros locais. Existem ainda milhares de câmeras de segurança sob responsabilidade das empresas do segmento. Justamente esse olhar é que deu início à parceria entre a Fenavist, a ABCFAV, a Universidade Zumbi dos Palmares

e o Movimento AR com o objetivo de desenvolver uma série de ações para capacitar de forma ainda mais minuciosa os profissionais que atuam no segmento de segurança privada. Outra meta é fortalecer o atendimento humanizado a toda a população brasileira.

Assim, o Selo de Qualidade “Segurança sem Preconceito” nasce dessa vontade do segmento da segurança privada de atuar como ator transformador e colaborar para uma mudança estrutural da sociedade brasileira. “Não é um mero título, uma certificação pura e simples, ele é uma chancela oficial da Fenavist, da ABCFAV e dos sindicatos estaduais concedida às entidades e às empresas que buscam participar dessa transformação, estender a capacitação dos colaboradores e proporcionar um serviço humanizado que proteja os direitos de toda a população, sem discriminação de raça, gênero, orientação sexual, entre outros”, explica o presidente da Federação, Jeferson Nazário.

A certificação quer incentivar entidades de classe e empresas a desenvolverem ações, juntamente com os diretores e funcionários para disseminar, abordar e descaracterizar as diferenças como limitadoras.

Pelo regulamento estabelecido, a Fenavist será a responsável por certificar os sindicatos estaduais e as associações. Para obter o Selo de Qualidade “Segurança sem Preconceito”, as entidades terão que cumprir uma série de requisitos que compro-



vem sua atuação dentro dos princípios propostos para o combate a qualquer tipo de preconceito. O selo terá validade de dois anos, e é necessária uma nova avaliação ao final do período para prorrogar a certificação.

Por sua vez, os sindicatos devidamente certificados serão os responsáveis pela concessão do selo às empresas de segurança privada dos respectivos estados, que também terão que estar de acordo com todos os requisitos estabelecidos no regulamento para receberem a certificação.

“Estamos felizes em criar todo o material de conscientização racial e contra qualquer tipo de discriminação. Valorizem o certificado. Essa conscientização traz um olhar diferente para o nosso segmento. Isso ajudará a mostrar que o nosso setor é realmente parceiro da segurança pública e da população brasileira”, ressaltou o presidente da Fenavist durante a apresentação.

Cartilha

Também no dia 25 de novembro, a Fenavist e a ABCFAV apresentaram a Cartilha “Segurança sem Preconceito”. Ela é uma das iniciativas do setor de Segurança Privada, criada para mostrar a todos os empresários, ao corpo administrativo e aos vigilantes a necessidade de falar em uma atuação e visão de mundo sem preconceito e capaz de promover os direitos humanos de todos, inclusive das minorias.

A publicação reafirma o compromisso de combater qualquer ato ou ação dos profissionais do segmento de segurança privada que possam ser preconceituosos ou discriminatórios em função de cor, etnia, religião, orientação sexual e/ou identidade de gênero, nacionalidade, condições físicas ou grupo social.

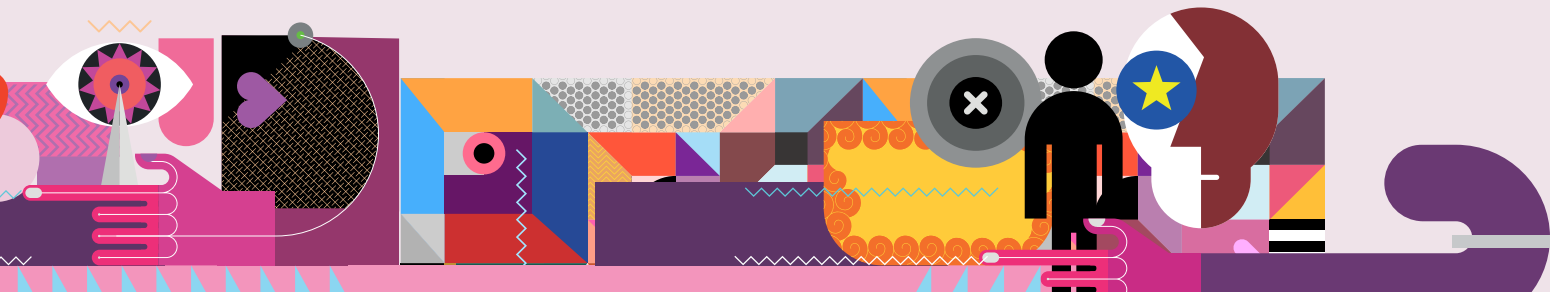
A cartilha é dividida em quatro módulos: Direitos humanos, Racismo, LGBTQIA+ e Discriminação contra as mulheres. A publicação está disponível, gratuitamente, em todos os canais de comunicação da Fenavist e da ABCFAV. “O material também foi

enviado a todos os sindicatos e as associações do segmento. Todos podem reproduzir a cartilha e distribuir aos seus associados. Também contamos com o apoio e a validação do material pela Universidade Zumbi dos Palmares, pela Coordenação de Políticas para LGBTI+ da Prefeitura de São Paulo e pela Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Esse material é também um suporte às metas do Movimento AR e da Polícia Federal, órgão que regula e fiscaliza a atividade de segurança privada”, explica a superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, responsável pela organização e uma das responsáveis pela redação do material.

E a estratégia tem dado certo. Apenas dois dias depois do lançamento, o material já estava chegando aos vigilantes. A publicação foi distribuída, no dia 27 de novembro, pela empresa Sefra aos colaboradores que realizaram a segurança do show da cantora baiana Cláudia Leite, na Festa Blow Out, em São Paulo.

De acordo com o presidente da ABCFAV, Ricardo Tadeu Corrêa, os lançamentos do selo e da cartilha são um marco para a segurança privada. “Nós conseguimos treinar a cada dois anos mais de um milhão de pessoas nos cursos de formação. E, por meio dessa cartilha, o vigilante pode levar esses conhecimentos para sua casa e multiplicá-los para seus familiares, para pessoas próximas, e, assim, contribuir para erradicar qualquer tipo de preconceito. É um grande passo para toda a segurança privada. E as escolas serão fundamentais na formação desses profissionais.”

Para mais informações sobre o selo e a cartilha “Segurança Sem preconceito”, acesse o site da Fenavist www.fenavist.org.br ou envie um e-mail para fenavist@fenavist.org.br. Os interessados também podem entrar em contato pelo telefone 61 3327-5440.



SEGURO DE VIDA

SEGURO VIGILANTE

SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL

SEGURO GARANTIA JUDICIAL

PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

SEGURO GARANTIA

TUDO NA VUIT.



representante
exclusiva



parceira

VUIT

VUIT.COM.BR

41 2101 1785
41 98405 1860



E sua empresa, já se adequou à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, aprovada em agosto de 2018 e em vigor há pouco mais de um ano, surgiu com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de cada indivíduo, podendo ser aplicada tanto no setor privado, quanto no setor público.

Observa-se, entretanto, que muitas empresas ainda não iniciaram o processo para adequação.

E, por isso, o Instituto Nacional da Segurança Privada (INASEP) alerta: CUIDADO! A fiscalização da Lei já está ativa.

Se a sua empresa está nessa situação, o INASEP apresenta aqui alguns pontos para ajudá-lo a iniciar esse processo.

O primeiro passo é entender o que é a LGPD. Em poucas palavras, a Lei vai tratar do modo de coletar, tratar e usar os dados pessoais obtidos pela pessoa jurídica para que a empresa estabeleça ferramentas capazes de proteger os dados de pessoas naturais contra seu uso inadequado.

A não adequação à LGPD pode trazer consequências para as empresas, como sanções, desde mais brandas até mais severas, advertências com prazo para adequação, até a proibição do exercício de atividades associadas ao tratamento de dados, com aplicação de multas que podem chegar até 2% do faturamento anual da empresa.

Então, como se adaptar? Inicialmente é importante saber quais dados a empresa coleta, por que os coleta e o modo como foram coletados, além de analisar o que auxiliará na justificativa da obtenção e do tratamento das informações. Outro aspecto é se os dados foram obtidos de forma consensual, pois, em caso negativo, deve-se buscar o consentimento, porque sem consentimento não pode haver uso dos dados.

Com essas informações, o próximo passo é verificar se os dados que a empresa possui são guardados de forma segura, se ela tem uma política de proteção de dados (como saber quem tem acesso e de que modo os utiliza) e os mecanismos para protegê-los de alguma ação indesejada.

“Lidar com dados pessoais de outras pessoas é tão importante que requer dos colaboradores precisam inclusive assinar um Termo de Responsabilidade”

A política de privacidade da empresa deve ser divulgada para todos e estar em um canal de acesso fácil para consulta a quem se interessar.

Para a criação do documento, é importante levar em consideração os seguintes pontos:

- escolher um Encarregado de Dados, que será o responsável pela LGPD na empresa.
- ter os sistemas internos e parceiros que utilizam esses dados de acordo com a LGPD.
- seguir fielmente o que foi estabelecido na Política de Privacidade.

E é claro que de nada adianta estabelecer os processos e criar uma política de privacidade de acordo com a LGPD se a equipe da sua empresa não os seguir, não é mesmo?

Então, é imprescindível que haja o treinamento da equipe, já que é por meio dessa equipe que os processos serão executados em conformidade com o que foi estabelecido. Lidar com dados pessoais de outras pessoas é tão importante que requer dos colaboradores inclusive assinar um Termo de Responsabilidade. Assim, é primordial ter claro quais são os papéis e as responsabilidades de cada um e o limite de acesso a informações que cada um deve ter.

Convém lembrar que essa adequação também deve ocorrer por meio dos canais de comunicação digital da empresa, se houver, como, por exemplo, verificar se esse canal usa cookies no processo de coleta, em que o cliente deve ter a opção de permitir ou não essa coleta.

A reestruturação para a LGPD em uma empresa exige atenção e pode ser um processo longo, portanto as organizações que não estejam buscando essa adaptação o quanto antes estarão mais vulneráveis às sanções administrativas.

É fundamental garantir que os direitos dos titulares de dados pessoais sejam sempre respeitados.

Esperamos que essas breves dicas possam ajudar você e sua empresa a iniciarem o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Se houver alguma dúvida ou se preferir o apoio de um especialista para realizar a adequação, entre em contato com a gente!

INASEP
inasep@inasep.org.br
61 3327-5440



Hackathon propõe solução para segurança pública e privada do Pará

Equipes participantes ganharam o valor de R\$ 30 mil reais em premiações

Entre os dias 5 e 7 de novembro, oito equipes inscritas no Hackathon INSERN 2021 se reuniram para o desafio de criar uma solução inteligente na integração da segurança privada com a segurança pública em benefício da sociedade.

O evento foi realizado por uma instituição sem fins lucrativos – o Instituto de Segurança Privada da Região Norte (INSERN) e visa reunir universitários e sociedade civil, para desenvolver ideias e soluções de impacto no setor da segurança pública e privada da região Norte do País.

O presidente do INSERN, Alberto Fonseca, pontuou a importância desse evento para o setor. “A dinâmica foi intensa, um pouco mais de 24 horas de maratona, nossa avaliação são as melhores, essa parceria do setor público com o privado foi um sucesso e só tem a crescer”, frisa Alberto.

Renato Ribeiro, CEO da OGÜATA, organizador do evento, explica que o Hackathon tinha por objetivo também investir no setor de tecnologia dando oportunidade para desenvolvedores com ideias inovadoras. “O Hackathon é um evento que proporciona uma troca valiosa, além do ensinamento científico e metodológico, e, quando falamos em competição com premiações, somada a outros benefícios, o participante só tem a ganhar”, afirma Renato.

Evandro Paes, que foi um dos jurados da maratona, destaca, por sua vez, que a solução proposta pela

equipe vencedora traz soluções que permitem mais autonomia, praticidade e acessibilidade ao setor de segurança pública e privada do Pará.

“A equipe propôs um software de gerenciamento de dados para vigilantes e/ou agentes, a proposta estava bem estruturada, esse projeto tem tudo para ser um avanço para o setor”, acrescentou o jurado.

Raul de Queiroz, participante da equipe, que teve a ideia vencedora do Hackathon, reforça que eventos como esse são importantes para instigar o profissional. “Foi uma honra participar do Hackathon, estou saindo daqui com muito aprendizado e um crescimento pessoal muito bom”, ressalta o participante.

A equipe que ficou em primeiro lugar ganhou R\$ 10.000,00. As demais equipes participantes também ganharam premiações em dinheiro que somaram R\$ 20 mil.





Seminário discute segurança privada entre a Polícia Federal e o Sindicato patronal em São Paulo

Combate à clandestinidade e aumento da fiscalização pela Delegacia de Controle de Segurança Privada da PF foram destaques nos painéis

O combate à clandestinidade e as ações de fiscalização da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp) da Polícia Federal foram foco de um seminário conjunto entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVEP) e a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo.

O seminário apresentou palestras para discutir a situação da segurança privada no estado de São Paulo, contando ainda com o convite ao presidente da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Furlan Nazário, para debater a questão nacional do setor e a tramitação do novo Estatuto de Segurança, em discussão no Senado Federal.

O delegado regional executivo da Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, Rodrigo Luis Sanfurgo de Carvalho, destacou na abertura do seminário a oportunidade da troca de experiências entre o setor e a PF. "Nós, responsáveis pela fiscalização e pela regulação, demonstramos nossa experiência nessa área e a necessidade de trocarmos ideias para constante aprendizado. Queremos ouvir para entender de que modo cada vez mais podemos executar nossas tarefas, sempre visando à eficiência e à celeridade para cumprir nosso objetivo", afirmou.

“A aproximação começa a dar fruto. A PF não tem interesse em lavar auto de infração. Temos interesse em nos aproximar, orientar e a multa é sempre o último recurso”

O seminário organizado em São Paulo pode ser estendido a outros estados. A ideia é ampliar o alcance da parceria com a Polícia Federal entre a Fenavist e os demais sindicatos patronais.

O delegado federal, Dr. Licínio Nunes de Moraes Netto, coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Superintendência da Polícia Federal em Brasília, destacou a importância da aproximação entre o órgão regulador e o órgão regulado com a realização do seminário na Superintendência da PF em São Paulo. “A integração é necessária. As empresas de segurança privada são organismos importantes para toda composição da segurança pública”, disse.

O SESVESP lançou uma cartilha com orientações e com a legislação do segmento do setor de segurança privada para orientar o mercado durante a contratação. “O espírito é instruir, ser uma ferramenta na luta contra a clandestinidade”, disse o presidente João Palhuca. “O seminário solidifica a parceria entre o sindicato e a PF, ao promover um mercado saudável e cumpridor das leis, com uma fiscalização rigorosa e contínua da Polícia Federal”, destacou o presidente do SESVESP.

Gestão profissionalizada e anseio pelo novo Estatuto da Segurança Privada

O delegado federal, Dr. Licínio Nunes de Moraes Netto, destacou que uma portaria, em discussão no Ministério da Justiça, está para ser editada em virtude da falta de aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, em tramitação há mais de uma década no Congresso Nacional.

“A Polícia Federal entende o anseio do setor, mas infelizmente estamos presos ao limite da Lei nº 7.102, de 1983, e da Portaria 3233, criada há mais de 10 anos. Montamos um grupo de trabalho no MJ, para ouvir os segmentos. Teremos novidades, mas não podemos inovar muito, pois temos nosso limite legal”, ponderou.

O coordenador-geral da PF apoia a aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada, destacando que o setor necessita ter uma nova lei. “Uma legislação que nos permita inovar. A atividade é extremamente sensível, típica do Estado, e que teve delegada uma parcela ao particular e precisa ter esse controle estatal. A Lei nº 7.102 não foi uma boa lei, pois não pensou no combate à clandestinidade. Não traz nenhuma aplicação legal e ficamos de mãos atadas para atuação”, ressaltou.

Mesmo com as brechas da lei em vigor, o delegado destacou o papel da instituição como responsável para prestar um serviço de boa qualidade, que preze pelo interesse e pela relevância econômica do setor privado das empresas de segurança. “Atuamos com celeridade e com uniformidade dos processos de modo igual em todas as regiões.”

De acordo com o delegado, o seminário, em conjunto, demonstra o interesse da corporação em manter a capacitação constante da polícia administrativa da PF. “A aproximação começa a dar fruto. A PF não tem interesse em lavar auto de infração. Temos interesse em nos aproximar, orientar e a multa é sempre o último recurso”, destacou.

SESVESP defende ação da PF para combater empresas clandestinas

A apresentação do presidente do SESVESP, João Palhuca, foi marcada como uma forte mensagem dos empresários paulistas para combater a clandestinidade no setor da segurança privada.

“O empresário paulista tem reclamado muito das dificuldades para exercer a atividade empresarial na área da segurança privada em São Paulo. O grande problema é a clandestinidade. Pela nossa experiência, existe atualmente o dobro de empresas clandestinas e profissionais ilegais em relação àquelas que atuam dentro da lei, respeitando as normas”, destacou.





“O caos já está instalado há uns cinco anos e a tendência é piorar. Não vejo outra saída, a não ser o novo Estatuto da Segurança Privada”

O presidente do SESVESP solicitou apoio da Polícia Federal para fiscalizar as empresas clandestinas, fundamentado no artigo 10 da Lei nº 7.102. “Na visão dos empresários, é um instrumento para fiscalização. A Polícia Federal pode fiscalizar a atividade clandestina, que vem desvirtuando nosso setor, aplicando as multas e punições legais a que as empresas legalizadas estão sujeitas. Nosso apelo é para unir esforços capazes de coibir a clandestinidade. Ela é uma arma de destruição em massa que está acabando com as empresas legalizadas e os postos de trabalho”, ressaltou Palhuca.

Durante sua apresentação, o presidente apresentou uma redução de 114 mil postos de trabalho nos últimos oito anos no setor, com uma perda anual de arrecadação previdenciária aproximada de R\$ 3 bilhões aos cofres públicos. “O Estado não consegue fiscalizar ou controlar as clandestinas e as empresas legalizadas não conseguem competir”, pontuou.

O SESVESP e a Fenavist também atuam em conjunto para alterar a denominação das ocupações de vigilante por vigia na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), pois ambas apresentam funções parecidas, possibilitando o aumento dos editais para contratação de vigias em órgãos públicos paulistas.

“Muitos estão contratando vigias e demitindo vigilantes. Falam em controle de gastos, redução de orçamento. É uma tendência que percebemos já em 2021, de um aumento de 50% nos editais públicos para contratação de vigias em órgãos públicos no estado de São Paulo. O contratante prefere o vigia, o que nos causa um grave problema nas concorrências, por ser desleal e criminoso, pois oferecem vigias como se fossem vigilantes”, destacou Palhuca.

O presidente do SESVESP pediu apoio da Polícia Federal para fiscalizar a situação, ressaltando que as entidades representativas do setor também estudam

mecanismos legais para impedir a prática. “É outro grande problema, mas queremos pensar em uma Portaria que atribua à Polícia Federal esse poder e na regulamentação do futuro Estatuto da Segurança Privada”, afirmou.

Fenavist destaca importância do novo Estatuto da Segurança Privada

O presidente da Fenavist, Jeferson Furlan Nazário, fez a atualização a respeito da tramitação do novo Estatuto da Segurança Privada, há mais de 11 anos no Congresso.

De acordo com o presidente, o relatório do novo estatuto foi liberado para votação na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle no Senado, após ficar em análise por oito meses pelo senador Randolfe Rodrigues (AP), relator do Estatuto na comissão. “Não é o relatório ideal, mas está liberado para ser votado na Comissão. Estamos em contato com o presidente da Comissão para depois levar direto para votação em plenário, em regime de urgência”, afirmou o presidente.

O representante da Fenavist destacou aos presentes que o momento é de união entre a Polícia Federal e os empresários do setor para pressionarem os senadores para votação. “Estamos no meio do mar revolto e vendo uma luz lá no fundo, que acende e apaga, chamada estatuto. O caos já está instalado há uns cinco anos e a tendência é piorar. Não vejo outra saída, a não ser o novo Estatuto da Segurança Privada”, reforçou Nazário.

A Fenavist apresentou indicadores apontando que o novo regramento legal geraria aproximadamente 150 mil novos postos de trabalho na segurança privada em apenas seis meses de sua aprovação. “O governo federal precisa ter esse olhar para nosso setor, pois vamos gerar novos empregos, renda e aumento na arrecadação de impostos”, disse.



DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS. QUAIS PONTOS OBSERVAR E COMO PODE FICAR EM 2022?

Adriano Marrocos

Contador da Fenavist - CRCDF 8.867

Sempre que abordamos o tema “distribuição de lucros e perdas”, precisamos olhar sob a ótica societária e tributária. Então, vejamos.

Quando a questão societária é suscitada, é preciso recorrer ao Código Civil Brasileiro em, pelo menos, quatro questões relevantes. A primeira é que o contrato social deve estipular a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas, haja vista que a ausência da indicação leva à distribuição proporcional às quotas, excetuando-se a condição daquele sócio que participa com serviço, que perceberá a média do valor das quotas. Outro ponto relevante trata da distribuição de lucros desproporcionalmente às quotas, que prescinde de deliberação em reunião ou assembleia especialmente convocada, devidamente arquivada na junta comercial e da concordância integral dos sócios. Esses dois pontos são relevantes, pois é necessário compreender que a distribuição de lucros representa uma remuneração referente ao investimento na empresa e, principalmente, no risco assumido, considerando que também há possibilidade de divisão de perdas. Um terceiro ponto igualmente importante é lembrar da continuidade do negócio e que parte desse resultado, além da distribuição aos funcionários via Participação dos Lucros e Resultados (Lei nº 10.101/2003), deve considerar a constituição de reservas para reinvestimento e outras ações que permitam planejar e ampliar os negócios e, até mesmo, modernizar ou ingressar em novos mercados. Um quarto aspecto relevante é que o contrato social pode definir a obrigatoriedade de apuração em período menor que um ano (mensal, trimestral ou semestral).

A distribuição de lucros era tributada (Decreto-Lei nº 2.397/1987) e assim ficou até 1995, com a edição da Lei nº 9.249, que definiu:

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem integrarão a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior. No mesmo contexto, o legislador definiu na LC 123/2006, que trata das empre-

sas optantes do SIMPLES Nacional, que essas teriam o mesmo tratamento, como se verifica:

Art. 14. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, ...

Desde então, no Brasil, a distribuição de lucros esteve no foco da discussão quando o tema é a reforma tributária. Ao longo desse período e de diversas discussões sobre o tema, fomos vistos como beneficiários de uma isenção fiscal, ainda que a base de sua apuração seja o lucro líquido após a apuração do IRPJ e da CSLL, fato desconhecido por muitos. Diversas vezes até pareceu que cometíamos “meio crime” – se é possível. E tanto é verdade que não demorou para a Receita Federal ajustar a isenção quando, em 1997, emitiu a IN/SRF 93 que definiu que será isenta apenas a parcela dos lucros ou dividendos que não exceder à base de cálculo do imposto, a não ser que comprove, com base no registro contábil, um lucro menor. Ou seja, se não houver uma mensuração contábil, será considerada remuneração tributável, diferentemente daquele que apura em sua escrituração contábil o lucro efetivo do negócio. E ainda há a regularidade fiscal, cujo preceito está em vigor desde 1964, com a Lei nº 4.357.

Em 2021 o assunto tornou a ter destaque nas propostas de reforma tributária e com um ponto em comum, que é a necessidade de tributar lucros e dividendos como forma de compensar outros benefícios que seriam concedidos. O Projeto de Lei nº 2.337/2021 trata dessa questão em seu artigo 2º, e com data definida já a partir de 1º de janeiro de 2022, com alíquota de 15% e com a retenção na fonte. Enfim, mais um capítulo na história da Distribuição de Lucros no Brasil.

Assim, além de observar as questões societárias, é importante se preocupar com as questões tributárias, especialmente nesse momento em que o PL 2.337/2021 se encontra em discussão no Senado Federal. Enfim, é necessário conversar com seu contador e acompanhar os rumos que o assunto tomará, até porque pode ficar diferente em 2022.

EXCLUSIVA: Entrevista com o ministro da Justiça, Anderson Torres

Anderson Gustavo Torres é delegado de Polícia Federal. Natural de Brasília (DF), tem 45 anos e vasta experiência em ciência policial, investigação criminal e inteligência estratégica. Entre o início de 2019 e abril de 2021, esteve à frente da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, onde foi responsável pelos menores índices de homicídios da capital federal nos últimos 41 anos. Formado em Direito, Anderson Torres coordenou as principais investigações para combate ao crime organizado na Superintendência da Polícia Federal, em Roraima, entre 2003 e 2005.

Em sua trajetória, coordenou investigações e operações policiais de controle de precursores químicos desviados para produção de drogas no Brasil e na América do Sul e atuou, entre 2007 e 2008, como responsável pela atividade de inteligência da Polícia Federal na repressão a organizações criminosas de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro. No período de 2008 a 2011, teve sob sua responsabilidade a administração da parte técnica e logística da Diretoria de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal. Atuou também na coordenação de comissões sobre temas de segurança pública e combate ao crime organizado na Câmara dos Deputados. Antes de integrar a Polícia Federal, Torres foi papiloscopista da Polícia Civil do Distrito Federal.

Com esse currículo de peso, em março deste ano, Anderson Torres assumiu o posto de ministro da Jus-



tiça. E é sobre esses 9 meses à frente do cargo e sobre segurança privada que o ministro conversou com exclusividade com a Revista Fenavist.

Ministro, o senhor assumiu o cargo no final de março deste ano. Nesse período, já foi possível ter uma visão de quais são os principais problemas da segurança pública no Brasil?

O Brasil é um país continental com quase 17 mil quilômetros de fronteira e isso implica enormes desafios, como o combate ao narcotráfico, ao tráfico de armas, entre outros crimes que geram insegurança generalizada, em especial os praticados por facções criminosas. Por isso há necessidade de ações integradas entre as forças de segurança, além de equipar nossos policiais com veículos, armamento e tecnologia de ponta para combater o crime organizado. O sistema prisional também precisa de uma atenção especial, como gerar mais vagas, criar mecanismos de ressocialização efetiva, colocar os presos para trabalhar, cumprindo o que determina a Lei de Execução Penal. Como secretário de Segurança Pública do Distrito Federal também pude ver de perto o anseio da população por segurança, por isso também é necessário enfrentar questões como crimes contra o patrimônio. Vivemos um Brasil com muitas realida-

des e o Ministério tem a atribuição e responsabilidade de fazer com que as políticas públicas cheguem a todos os brasileiros. É isso o que estamos fazendo.

Como avaliaria esses primeiros oito meses de gestão no comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública? Quais resultados o senhor destaca?

O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem responsabilidade ampla sobre diversos temas relevantes para o Brasil como segurança pública, políticas de Justiça, proteção e defesa do consumidor e repressão às drogas. Na segurança pública buscamos, desde o início da gestão, uma aproximação maior com as forças de segurança dos estados e demais atores que fazem parte dessa área de atuação.

Destaco a realização de operações inéditas como a Narco Brasil, ação de combate ao narcotráfico que resultou na prisão de mais de 12 mil pessoas. E a Operação Cangalha, de combate ao crime organizado na região Nordeste, que prendeu mais de 1.500 pessoas, entre elas chefes de organizações criminosas e responsáveis por ataques a instituições financeiras, além das Operações Maria da Penha e Vetus II, para prevenir e reprimir crimes contra mulheres e idosos, respectivamente.

Concluimos também a estruturação de uma rede de centros integrados de inteligência de segurança pública em todo o País para dar mais agilidade ao fluxo de informações entre os órgãos de inteligência no combate à criminalidade.

O trabalho integrado tem proporcionado resultados importantes na queda dos índices de criminalidade, como homicídios, que diminuiram 7% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado.

O que tem sido feito pelo governo federal para auxiliar os estados no combate ao crime organizado e à criminalidade violenta?

O governo federal auxilia em várias frentes: repasse de recursos para investimentos em segurança pública, fomento e coordenação de operações integradas em âmbito nacional, aquisição de equipamentos e tecnologias para as forças policiais, além de ações de valorização e capacitação profissional.

Repassamos, no mês de novembro, mais de R\$ 722 milhões para os estados e o Distrito Federal investirem em segurança pública. Com isso, o governo Jair Bolsonaro atingiu o maior valor da história em investimentos em segurança pública: mais de R\$ 2,2 bilhões desde 2019, recurso que é complementar ao que os governos dos estados e do Distrito Federal devem investir no fortalecimento das forças de segurança, aquisição de tecnologias e capacitações.

Recentemente, entregamos mais de R\$ 70 milhões em equipamentos para as forças de segurança que atuam no combate ao crime organizado nas fronteiras e divisas. São dois mil itens como viaturas, binóculos de tecnologia avançada com visão noturna, capacetes e placas de proteção balísticas que vão dar mais efetividade e segurança ao trabalho dos policiais.

Além das operações integradas em âmbito nacional, também apoiamos mais de 600 operações específicas realizadas pelos estados para combater organizações criminosas.

Como tem sido feito o trabalho de desarticulação financeira das organizações criminosas?

Não haverá combate eficiente ao crime organizado sem a descapitalização das organizações. Precisamos retirar dos criminosos o seu poder financeiro, além de prender e isolar suas lideranças. É isso o que estamos fazendo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Trago como exemplo os números da Operação Égide, da Polícia Rodoviária Federal, que em dois meses



“Considero importantíssimo o trabalho da segurança privada. Vocês estão onde, muitas vezes, o estado não consegue estar a todo o momento. Juntas, a segurança privada e a segurança pública compõem o rol de proteção dos cidadãos brasileiros”

de atuação no Rio de Janeiro, estados vizinhos e região de fronteira prendeu mais de 3.700 pessoas e apreendeu mais de 80 toneladas de drogas, além de apreender mais de R\$ 1 milhão de reais.

Temos ações importantes também da Polícia Federal, como a Operação Shawarma, que desarticulou grupo responsável pela movimentação financeira de mais de R\$ 230 milhões oriundos de crimes praticados por organização criminosa do Rio de Janeiro.

Bens apreendidos do crime estão sendo leiloados e os recursos aplicados em programas de prevenção e combate às drogas, além de investimentos nas forças de segurança. Em 2021 batemos recorde com mais de R\$ 267 milhões arrecadados com a venda desses bens. Foram mais de 210 leilões, salientando que, em 2018, a média era de seis leilões realizados por mês.

Esses são alguns dos resultados do trabalho do Ministério que não dá trégua para o crime organizado.

Para o próximo ano, quais são os principais objetivos? O que podemos esperar do governo em relação à segurança pública?

Seguindo as diretrizes do presidente Jair Bolsonaro, nosso trabalho é dar um novo rumo à segurança pública brasileira, com o fortalecimento das operações integradas, a repressão eficiente ao crime organizado, descapitalização das organizações criminosas, prisão e isolamento de seus líderes no sistema

prisional para que paguem efetivamente pelos seus crimes.

Com essas ações, tenho certeza de que diminuiremos os homicídios, roubos, crimes contra a vida e contra o patrimônio, os que mais preocupam a sociedade brasileira. Nosso objetivo é fazer uma revolução na segurança pública com mudanças na legislação, com o fortalecimento da integração entre as forças policiais, além de fazer as atualizações necessárias nas carreiras policiais, como a regulamentação das leis orgânicas no Congresso.

É um trabalho orientado e integrado que já vem dando bons resultados nesses oito meses que estamos à frente do Ministério.

O senhor possui um currículo bastante extenso. Como delegado da Polícia Federal exerceu diversas funções e atuou em várias operações, com um papel mais ostensivo. Já no comando da Secretaria de segurança pública do Distrito Federal, também precisou se preocupar com o preventivo, evitar ao máximo os problemas. Faço esses dois destaques porque são características bastante interessantes aos olhos da Segurança Privada. O segmento atua de forma complementar à segurança pública principalmente na parte preventiva. Ao mesmo tempo, libera as forças de segurança pública, que podem se concentrar nas ações



ostensivas. Como o senhor enxerga a segurança privada?

Considero importantíssimo o trabalho da segurança privada. Vocês estão onde, muitas vezes, o estado não consegue estar a todo o momento. Juntas, a segurança privada e a segurança pública compõem o rol de proteção dos cidadãos brasileiros. Sabemos a diferença entre os dois segmentos, mas entendemos que ambos são muito importantes e possuem um mesmo objetivo: zelo pelo patrimônio público e pela integridade das pessoas.

A Polícia Federal, corporação subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é a responsável pela regulamentação e fiscalização da atividade. O segmento se orgulha de ser controlado pela PF, que sempre atuou como parceira em questões de extrema relevância para o setor. Atualmente, a Polícia atua conjuntamente com o laboral e com o patronal pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada. Em tramitação há mais de uma década no Congresso Nacional e parado no Senado, o Estatuto vai atualizar e modernizar a Lei nº 7.102/83, que há 38 anos regulamenta o setor da segurança privada no Brasil. Como o senhor trata essa questão?

Vejo como de extrema importância a aprovação do Estatuto da Segurança Privada e a atualização

da Lei nº 7.102/83. Já se passaram muitos anos desde o advento dessa lei e precisamos adequar as normas à nova realidade vivenciada em termos de segurança pública e ao novo ordenamento jurídico brasileiro. No âmbito administrativo, estamos debruçados na construção da portaria que regulamenta a lei em vigor.

Também implementamos um grupo de trabalho para estudar a legislação interna que normatiza a atividade. Portanto, o Ministério da Justiça e Segurança Pública está empenhado em contribuir para a atualização e modernização de todo o ordenamento jurídico que trata sobre esse tema.

O senhor poderia deixar uma mensagem para o segmento de segurança privada?

Deixo uma mensagem de reconhecimento pelo valoroso trabalho desempenhado na proteção de residências, comércios, empresas, escolta de valores, vigilância patrimonial, segurança pessoal privada, entre outros. Desejo pleno sucesso e desenvolvimento a essa atividade e a seus profissionais que têm o meu total respeito. Tenham a certeza de que o Ministério da Justiça e Segurança Pública está atento às necessidades do setor e contribuirá para atualização da Lei e dos demais normativos. A segurança privada é uma grande aliada do estado no combate à criminalidade e, trabalhando juntos, quem ganhará sempre é a sociedade brasileira!

Faça uma
revisão
tributária
na sua
folha de
pagamento.

Você sabia?

- Existem vários eventos na folha de pagamento que podem ser recuperados, em sua grande maioria, administrativamente.
- Grande parte das empresas desconhece o que pode ser recuperado, porque o levantamento manual é complexo.

Nossa equipe de especialistas utiliza uma Metodologia Inovadora e um Software específico, consegue fazer tudo isso para sua empresa de maneira Segura e Eficaz.

* Fazemos este estudo totalmente sem custos.



Assista ao vídeo completo no nosso canal:
[YouTube.com/jpbalabanadvogados](https://www.youtube.com/jpbalabanadvogados)

INSCREVA-SE



O QUE ESTÁ ESPERANDO?
Entre em contato.





ANO 2022: O RECOMEÇO?

Jerfferson Simões

Presidente da World Security Federation

Um novo ano está por vir. Planejamentos e feedbacks tornam-se essenciais ao mundo corporativo. Logo, paira o questionamento: o ano 2022 será um recomeço?

O dia 11 de março de 2020, para muitos, foi o dia em que a terra parou, como narra a música de Raul Seixas.

O decreto da pandemia em decorrência do Covid – 19 (coronavírus), sem sombra de dúvidas, foi o marco de um colapso mundial. Vidas foram ceifadas. A economia, a política e os costumes sofreram fortes abalos. No entanto, como diz Cazuzza, em sua música, o tempo não para. Assim, a segurança privada tem seguido firme.

O setor da segurança privada, durante toda a pandemia, tem mostrado sua essencialidade, não apenas sua importância no combate e na prevenção de crimes. Além do mais, a segurança privada tem evidenciado seu papel social, fornecendo segurança à coletividade e contribuindo para conter a proliferação do COVID-19, com o auxílio na fiscalização do uso de máscaras, o controle de filas e o cumprimento do distanciamento social, atividades exercidas pelo setor.

Em dias difíceis, as entidades sindicais têm se mostrado ainda mais importantes, assessorando seus associados e lutando pelo fortalecimento da categoria da segurança privada.

Com a World Security Federation (WSF) não tem sido diferente. Em meio a uma explosão de mudanças, no Brasil e no mundo, a Federação tem se mostrado cada dia mais importante. Na representação do setor da segurança privada no âmbito internacional, o fomento aos estudos comparados, a divulgação de eventos internacionais, as trocas de experiências e tecnologias têm sido suas principais atividades.

O ano de 2021 foi marcado por inúmeras reuniões, com empresários e entidades representativas de diferentes países, palestras, treinamentos e novas parcerias, todos com o intuito de melhor assistir aos associados e fortalecer a WSF.

O workshop Gestão Estratégica para Resultados, ministrado pelo consultor e parceiro, Flávio Paim, e o workshop Como Aumentar os Resultados de uma Empresa em 10 Vezes Através do Marketing Digital?, ministrado pelo consultor de Marketing da entidade, Thiago Fonseca, por exemplo, foram grandes eventos que marcaram o ano de 2021, contando com participantes brasileiros e estrangeiros.

Em uma linha do tempo, constata-se que, após 2 (dois) anos de efetiva retomada das atividades da WSF, muito tem sido feito. No entanto, ainda é apenas o início de uma árdua caminhada. O ano de 2022 não será um recomeço, mas a continuidade da luta por uma entidade com maior representatividade no âmbito internacional.

A principal meta para 2022 é a inscrição da Federação no Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc), para que possa participar dos debates sobre o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental no cenário internacional.

Muitos são os requisitos necessários para a inscrição no ECOSOC. Todavia, acredita-se que a entidade, hoje, os atende, razão pela qual tem a pretensão de obter sua inscrição em junho de 2022. Sem dúvida, será um marco para a segurança privada no Brasil e no mundo.

Desejamos um novo ano de muita prosperidade. Que 2022 seja regado de muitos avanços para todo o segmento da segurança privada!

Na oportunidade, agradecemos imensamente o apoio que tem sido dado pelas entidades sindicais brasileiras, em especial a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

Caso tenha interesse em conhecer melhor a WSF, acesse <https://wsf.org.br/>, ou entre em contato pelo wsf@wsf.org.br.



TRAJETÓRIA SEGURA

Urubatan Estevam Romero

Cinco de outubro de 1954. Nessa data, nascia em Itapipoca, no Ceará, Urubatan Estevam Romero, fundador da empresa North Segurança Ltda. e atual presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará (Sindesp-CE). Quem acompanha o empresário não imagina como a trajetória até o sucesso foi complicada, com obstáculos e muita superação.

Ainda muito jovem, Urubatan, que até então tinha uma vida confortável, enfrentou uma reviravolta por conta de um drama familiar. O fato de o pai dele deixar a família teve uma influência decisiva no futuro do empresário.

“Nós ficamos a ver navios. Eu tinha 8 anos de idade. Minha mãe, meu irmão e eu precisamos ser sustentados por duas tias. O sofrimento fez a gente colocar um objetivo de que um dia ia vencer. E o objetivo na minha vida passou a ser alguém para dar a minha mãe tudo o que ela merecia”, conta.

A busca pelo objetivo estabelecido encontrou no estudo um caminho, tendo se formado em administração de empresa, com pós-graduação em administração financeira. “Estudei em colégio público. Ao fazer vestibular, fiquei em terceiro lugar na universidade particular, porque, naquele momento, não foi possível fazer para a federal. No primeiro ano, eu tinha que tirar nota máxima para poder me transferir, ao final daquele ano, para a Universidade Estadual, o que eu consegui. ”

“Estamos arregaçando as mangas e nos dedicando a lutar contra aquilo que vem contra o segmento. Nossa vida é trabalhar”

A entrada na universidade deu início a uma série de conquistas e amizades. Na mesma turma de Urubatan, estavam o ex-presidente do Senado e então ministro das Comunicações Eunício Oliveira, os empresários Gaudêncio Gonçalves de Lucena e Elias Hissa Filho, este superintendente do grupo Ultralimpo, “o maior empresário à época”, afirma o presidente da North Segurança.

Urubatan Romero teve o primeiro emprego no setor de Serviços justamente como office boy do grupo Ultralimpo, antes mesmo da faculdade. Já universitário, retornou ao grupo, então contratado como gerente, no final dos anos de 1970.

“Ao me ver me destacar na sala de aula, convidou-me para ser gerente, eu disse que não tinha condições de ser gerente, e ele falou que eu tinha. Então, conversei com a minha mãe, que era a minha guia espiritual, e ela quis que eu fosse. Um ano depois, me chamaram para ser diretor. Eu, novamente, disse que não tinha condições. E ele (Elias Hissa Filho) disse que eu tinha, e assim aconteceu”, relembra.

No grupo, o presidente do Sindesp-CE permaneceu até 1994, tendo exercido diversas funções, a última de superintendente. Só deixou a casa em que “nasceu”, “cresceu” e se tornou “adulto” profissionalmente para abrir a própria empresa: a North Segurança Ltda.

A nova etapa da vida, com a fundação da própria empresa, também corresponde à entrada de Urubatan Romero no sindicalismo. “Quando eu era empre-

gado, o meu patrão não aceitava quem trabalhava na vida sindical. Então, o que acontecia? Ninguém que trabalhasse em uma empresa do grupo atuava no sindicalismo. Quando montei minha empresa, em 1994, comecei a ver o que poderia ser feito para o segmento.”

Em 2000, Urubatan ingressou na diretoria do Sindesp-CE pela primeira vez. Em 2004, assumiu o cargo de vice-presidente, chegando à presidência em 2007. “Quando assumimos, nosso sindicato funcionava em um prédio alugado. “Hoje, funcionamos em um prédio que tem 350 metros quadrados, uma sede muito bem equipada, com auditório amplo, que pode ser utilizada pelas empresas para dar treinamento aos colaboradores. Isso me dá uma grande alegria, poder deixar um legado, contribuir para o segmento no Ceará.”

Bastam alguns minutos de conversa para perceber o amor do presidente do Sindesp-CE pelo sindicalismo. “Nós, que dedicamos a nossa vida ao sindicalismo, doamos um tempo que poderíamos estar com a família. Lutamos pelo segmento, para o engrandecimento da atividade sindical, a atividade de segurança.”

Além da presidência do Sindesp-CE, Urubatan também exerce o cargo de vice-presidente para Assuntos Financeiros da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). “Estamos arregaçando as mangas e nos dedicando a lutar contra aquilo que vem contra o segmento. Nossa vida é trabalhar.”

O empresário considera o atual momento da atividade delicado e defende a aprovação do Estatuto da Segurança Privada para a retomada do segmento.

“Estamos atravessando um momento difícil da economia, temos de aprovar o Estatuto. Lutar, a palavra é esta, para que a gente consiga. Temos também, agora, um trabalho muito forte sobre a questão racial e o respeito à diversidade, com a campanha “Segurança sem Preconceito”, para o bem do nosso segmento e da sociedade.”



EM PAUTA AS ELEIÇÕES DE 2022!

Cléria Santos

Economista e consultora parlamentar da Fenavist

Ao final do terceiro ano do mandato presidencial, todos os interesses convergem para as eleições do ano que vem. Com altos índices de rejeição, os nomes já postos como pré-candidatos à sucessão presidencial ainda não convenceram os brasileiros decepcionados com o rumo do País durante a pandemia e com a economia que aponta sinais fracos de recuperação. Antes disputada a chamada “terceira via”, para fazer frente à reeleição do presidente Bolsonaro e à possível candidatura do ex-presidente Lula, surgem agora nomes como o do presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco, do ex-ministro Sérgio Moro, de Ciro Gomes, João Dória e outros como outras vias.

Com a recuperação da atividade econômica muito aquém do esperado, ainda impactada pela pandemia, o governo federal aposta na aprovação, pelo Congresso Nacional, da PEC 23/21, dos Precatórios, com o objetivo de fazer caixa para pagamento do novo “Auxílio Brasil”, em substituição ao programa “Bolsa Família” e que irá beneficiar 21 milhões de brasileiros. Toda a articulação do Poder Executivo tem sido no sentido de aprovar a PEC, com o objetivo de melhorar a imagem do presidente visando a sua reeleição. A grande polêmica da proposta, que altera o “teto dos gastos”, gera incerteza e impacta negativamente os indicadores econômicos e abala a credibilidade fiscal do País, espantando os investidores, internos e externos.

Enquanto isso, muitas matérias importantes foram sendo preteridas no Congresso Nacional. A Reforma Administrativa e a Reforma Tributária, na forma de Proposta de Emenda Constitucional, não tiveram o apoio suficiente para aprovação. Houve grande

“A contratação de serviços clandestinos de segurança privada tem colocado em risco a integridade física e o patrimônio dos tomadores de serviços, e, ainda, de terceiros”

resistência, principalmente do setor de serviços, que seria fortemente impactado com aumento de carga tributária com a PEC da Reforma Tributária. Da mesma forma, as propostas enviadas pelo Poder Executivo, como o Projeto de Lei 3887/20, que institui a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Projeto de Lei 2337/21, que altera a legislação do Imposto de Renda, não avançaram no Congresso Nacional. Foi grande a movimentação contrária da maioria dos setores produtivos para impedir o aumento da carga tributária.

Outro importante projeto de lei que aguarda a votação na Câmara dos Deputados é o PL 4728/20, já aprovado pelo Senado Federal, que reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), intitulado como “Refis da Pandemia”, oportunidade que a maioria dos empresários aguarda para regularizar os seus débitos com o fisco. Neste quadro de incertezas políticas e econômicas, a inflação segue persistente, na casa de dois dígitos no acumulado em 12 meses. Soma-se a isso a alta da taxa de câmbio, o que agrava a inflação, encarecendo os preços da gasolina e de alguns alimentos. Apesar dos esforços do Banco Central para conter a inflação, elevando a taxa Selic, o resultado ainda não é o desejado. A perspectiva é de um novo aumento da Selic ainda no mês de dezembro.

Fato positivo é que, após a imunização de mais de 60% da população brasileira, os efeitos causados pela pandemia começam a se arrefecer e a atividade econômica, notadamente no setor de serviços e comércio, em fase de abertura, já apresentam sinais de recuperação. Ainda assim, o nível do desemprego continua alto, devendo encerrar o ano com

uma taxa da ordem de 13,8%, uma das maiores do mundo.

Neste cenário caótico, e com a persistência da inflação em patamares elevados, os índices de crescimento projetados para 2022 foram reduzidos, ficando em torno de 1,8%. Nesta conjuntura, difícil para todos os segmentos da economia, o setor da segurança privada, complementar ao da segurança pública e essencial para garantir o funcionamento de todas as áreas da economia – comércio, indústria, instituições financeiras, instituições públicas – também sofre com as incertezas nos rumos da economia brasileira.

Como um dos segmentos que mais geram empregos, com quase 500 mil vigilantes em atividade, o setor perdeu quase 20 mil postos de trabalho em 2020 e nos cinco primeiros meses de 2021 a situação se repete com perda de 19.939 trabalhadores. Essa diminuição no quadro de vigilantes prejudica toda a sociedade, significando menos segurança e proteção para a população.

Na busca de mudar esse quadro, mesmo com as dificuldades impostas, como, por exemplo, a CPI da Pandemia que, durante seis meses, norteou os debates no Senado Federal, a Fenavist trabalhou incessantemente pela aprovação do novo Estatuto da Segurança Privada. Considerado fundamental para a manutenção e geração de mais postos de trabalho na segurança privada, a demora na aprovação da lei tem causado muitas dificuldades para o setor. Com o advento da lei, um novo regime jurídico dará mais segurança às empresas legalmente constituídas no País, além de coibir e criminalizar com mais rigor a clandestinidade.

A contratação de serviços clandestinos de segurança privada tem colocado em risco a integridade física e o patrimônio dos tomadores de serviços, e, ainda, de terceiros, já que esses “profissionais” não são checados quanto aos seus antecedentes criminais, à formação, à aptidão física e psicológica.

É, portanto, urgente que uma nova legislação, moderna e atual, venha a dar sustentabilidade ao setor da segurança privada para o crescimento da atividade e geração de mais emprego e renda, neste momento em que o País mais precisa.

PASSIVOS TRABALHISTAS, (IN)SEGURANÇA JURÍDICA E A SINALIZAÇÃO DO STF



Juliano Costa Couto

Advogado, Mestre em Direito Constitucional, ex-Presidente da OAB/DF no triênio 2016/2016 e Consultor Jurídico da Fenavist



Gustavo Costa Couto

Advogado, pós-graduado em Direito Constitucional, ambos membros do escritório Costa Couto Advogados Associados

O dilema da responsabilidade solidária de empresas de um mesmo “grupo econômico” por débitos trabalhistas sempre afligiu o empresário. A justiça do trabalho, propensa à defesa dos reclamantes e também com o intuito de ‘pôr fim ao processo’, nem sempre toma os devidos e indispensáveis cuidados na hora de responsabilizar outra empresa, que não a empregadora, com a qual esta tenha algum tipo de ‘relação’.

A questão dos “grupos econômicos” encontra regramento na CLT, no Código Civil e também no Código de Processo Civil, como será adiante demonstrado. Nessa linha, qualquer decisão do Poder Judiciário de responsabilizar empresas que compoem um mesmo “grupo econômico” deve ter claro e explícito amparo legal, não havendo mais espaço para arbitrariedades jurídicas.

O assunto é importante e, inevitavelmente, vez ou outra assola a vida do empresário, seja por ser o mesmo sócio de diferentes empresas, seja por ter sócios em comum em empresas ou, ainda, quando a sua pessoa jurídica se encontra realizando constantes relações comerciais com outras, usando da mesma estrutura ou material humano.

A obscura sensação ‘surpresa’ de ver o patrimônio de sua empresa atingido por conta de processo judicial movido contra outra é inadmissível. É o sentimento de injustiça por responder por um fato ao qual não deu causa e sem nem mesmo ter tido a chance de se defender por meio de processo legal.

Nesse cenário, a reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), cuja plena validade está em debate no STF, representou um importante marco na construção de uma segurança jurídica maior aos empresários. Dentre as mudanças trazidas, destacam-se os requisitos necessários para a co-responsabilização incluídos pelo novo § 3º do art. 2º da CLT (efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas integrantes do grupo econômico)¹. Na parte processual, tivemos a expressa inclusão da necessidade de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no processo trabalho por força do novo art. 855-A e §§ da CLT², permitindo que a empresa – minimamente – se defenda.

¹Art. 2º § 3º Não caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.

²Art. 855-A. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto nos arts. 133 a 137 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica formaliza a instauração de um procedimento próprio, com seu devido processo legal, assegurando que a empresa 'chamada' se manifeste e produza suas provas dentro dos autos, antes que haja qualquer forma de atingimento de seu patrimônio.

A inclusão desse incidente no processo do trabalho é uma forma de garantia de respeito mínimo à previsão contida no art. 513, § 5º, do CPC/15, o qual prevê que o "cumprimento de sentença não poderá ser promovido em face (...) do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento".

Melhor explicando, o dispositivo prevê que a execução só poderá atingir o coobrigado ou o corresponsável quando houver sido dado a ele a oportunidade de exercer seus direitos fundamentais de ampla defesa e contraditório, previstos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, ou seja, a chance de se defender no processo, expondo as razões pelas quais não deve responder por determinado débito.

Em essência, o art. 513, § 5º, do CPC/15, possui contornos até mesmo mais profundos que aquele previsto pelo incidente de desconsideração da personalidade jurídica; enquanto este último pode ser instaurado somente na fase de execução, o dispositivo do CPC elenca expressamente a participação na "fase de conhecimento", no processo inicial.

Uma leitura direta do dispositivo leva a crer que o autor da ação judicial deveria inserir as empresas que compõem o grupo econômico já em sua petição inicial, para que elas participassem, então, de todas as fases do processo, exercendo de forma absoluta o seu direito à ampla defesa, e, somente então, pudessem ser responsabilizadas por determinado débito.

A garantia da ampla defesa e do contraditório às empresas que compõem o grupo econômico da devedora principal é a essência por trás da decisão tomada pelo ministro Gilmar Mendes no processo de ARE nº 1.160.361/SP, no STF. O caso concreto trata de reclamação trabalhista movida por um aeronauta contra a antiga VARIG, e a decisão favoreceu uma de suas coligadas, afastando sua responsabilidade enquanto não lhe for garantida a defesa processual. Apesar de valer apenas para o caso

concreto, o argumento do ministro Gilmar Mendes pode ser usado como forte precedente para evitar responsabilizações empresariais indevidas.

No caso, a empresa foi inserida nos autos do processo somente na fase de execução, sob fundamento da existência de grupo econômico, e alegou ofensa à ampla defesa e ao contraditório por não ter feito parte do processo durante a fase de conhecimento (formação do título judicial).

A empresa recorrente vinha deixando de obter sucesso desde a primeira instância, tendo sido negado provimento ao seu recurso também pelo Tribunal Superior do Trabalho, sob a alegação de que o pleito não se sustenta desde que revogada a Súmula nº 205 do TST, que previa a impossibilidade de a empresa integrante de grupo econômico, que não figurava como reclamada nos autos do processo e que não constava no título judicial, responder solidariamente pelo débito trabalhista.

Acontece que a previsão da súmula revogada veio novamente a ter vigência em território nacional com o advento do art. 513, § 5º, do CPC/15, mencionado acima. Essa foi a decisão adotada pelo ministro Gilmar Mendes, por entender que o TST efetivamente negou vigência ao dispositivo como se inconstitucional fosse, o que é vedado pelo art. 97 da Constituição Federal e pela Súmula Vinculante 10 do STF, que diz que não se pode afastar a vigência de uma norma, como se ela fosse inconstitucional, sem antes submeter a questão ao plenário do Tribunal.

O ministro expõe, ainda, que a decisão anterior, do TST, merece ser revista, registrando que o art. 513, § 5º, do CPC, exige que a empresa integrante do grupo econômico participe da fase de conhecimento do processo, e não só da fase de execução.

A decisão do ministro não é vinculante, mas dá novos ares de esperança de uma segurança jurídica maior, no futuro, aos empresários cujas PJ's componham ou mesmo que aparentem compor grupos econômicos, de modo que existem chances concretas de que a jurisprudência trabalhista, em médio prazo, passe a adotar o entendimento exposto no art. 513, § 5º, do CPC/15, para evitar a responsabilização solidária sem que o corresponsável tenha participado da fase de conhecimento do processo trabalhista.



Fenavist participa de solenidade de Consolidação do Marco Regulatório Trabalhista Infralegal

No último dia 10 de novembro, a advogada da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Mirelle Portella, representou a entidade na solenidade de Consolidação do Marco Regulatório Trabalhista Infralegal. A Federação foi uma das entidades convidadas pelo governo para participar do evento no Palácio do Planalto.

A cerimônia contou com o presidente da República, Jair Bolsonaro; o vice-presidente, Hamilton Mourão; o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni; o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira; o ministro da Cidadania, João Roma; o advogado-geral da União, Bruno Bianco; e os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, Fausto de Andrade Ribeiro e Pedro Guimarães, respectivamente, entre outras autoridades.

A consolidação do Marco Regulatório Trabalhista Infralegal trata de cerca de mil decretos, portarias e instruções normativas trabalhistas que foram transformadas em 15 atos, com o objetivo, segundo o governo, de facilitar o acesso à legislação, “garantindo maior transparência e segurança jurídica”, atos esses que foram revisados, simplificados e desburocratizados.

As normas tratam dos mais variados assuntos, como carteira de trabalho, aprendizagem profissional, gratificação natalina, programa de alimentação do trabalhador, registro eletrônico de ponto, registro sindical e profissional, além de questões ligadas à fiscalização, como certificado de aprovação de equipamento de proteção individual. Essa é a primeira vez que a legislação trabalhista infralegal é completamente analisada.

O ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, destacou a importância da simplificação. “O passo de hoje é extraordinário. A decisão de estabelecermos um programa permanente de simplificação e desburocratização trabalhista vai garantir a todos aqueles que empreendem no Brasil que com simplicidade e eficiência se pode transformar a vida das pessoas”, afirmou Lorenzoni.



Fenavist participa de Conferência Internacional

No dia 5 de novembro, o vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para Assuntos Intersindicais, Ivan Hermano Filho, representou a entidade na 3ª edição da Conferência de Comércio Internacional e Serviços do Mercosul, que debateu temas relevantes para

o setor de comércio e serviços, no âmbito do bloco econômico. O evento é organizado pela Confederação Brasileira do Comércio, Serviços de Bens e Turismo (CNC).

A Conferência ocorreu de forma híbrida e contou com a participação do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e do ministro da Economia, Paulo Guedes, na programação.



Fenavist recebe visita do reitor da Universidade Zumbi dos Palmares

A superintendente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Ana Paula Queiroga, recebeu no dia 21 de outubro, na sede da entidade, em Brasília, o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente.

Os dois conversaram sobre os projetos desenvolvidos em parceria da Fenavist com a Universidade. Na pauta, estavam a Cartilha e o Selo “Segurança Sem Preconceito”, dois produtos lançados recentemente. Também discutiram a possibilidade do desenvolvimento novas ações entre as entidades.



Fenavist se reúne com o Ministério da Justiça

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, se reuniu no dia 19 de outubro com o ministro da Justiça, Anderson Torres. Na conversa, Nazário ressaltou a importância da aprovação do Estatuto da Segurança Privada, trabalho de integração realizado no SENASP entre as seguranças pública e privada, além de outros temas de interesse do segmento.

Antes do encontro com o Anderson Torres, o presidente da Fenavist também conversou com o assessor especial do ministério, Manoel Arruda, sobre as mesmas questões.

Jeferson Nazário esteve acompanhado do consultor jurídico da entidade, Juliano Costa Couto, da assessora parlamentar da Federação, Cléria Santos, e da superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga.



Informação Segura



PEDIDO DE VISTA ADIA JULGAMENTO DA ADI 6050 – TARIFAÇÃO DO DANO MORAL NA CLT

A Fenavist se fez presente e sustentou oralmente no Plenário do Supremo Tribunal Federal as razões pelas quais entende que deve ser considerado CONSTITUCIONAL o texto do art. 223-G, § 1º, incisos I, II, III e IV da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, reforma trabalhista, que limita os valores de danos morais.

A sustentação em defesa da lei foi feita pelo consultor jurídico da Fenavist, Juliano Costa Couto. Também sustentou na mesma linha, em nome da União, o ministro Bruno Bianco. Em sentido contrário, sustentou a autora da ação, a Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (ANAMATRA).

Em seguida foi proferido voto do ministro Gilmar Mendes, relator, que julgou parcialmente procedentes os pedidos da ação para “conferir interpretação conforme a Constituição, de modo a estabelecer que: 1) As redações conferidas aos art. 223-A e 223-B, da CLT, não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete no âmbito das relações de trabalho, a ser apreciado nos termos da legislação civil; 2) Os critérios de quantificação de reparação por dano extrapatrimonial previstos no art. 223-G, caput e § 1º, da CLT, deverão ser observados pelo julgador como critérios orientativos de fundamentação da decisão judicial. É constitucional, porém, o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos dispostos nos incisos I a IV do § 1º do art. 223-G, quando consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade”.

O referido voto caminha na linha do desejado pela Fenavist, mantendo-se como válido no ordenamento jurídico o texto da lei. Em seguida ao voto do ministro Gilmar, pediu vista dos autos o ministro Nunes Marques.

STF TEM DIVERGIDO QUANTO À SUSPENSÃO DE PROCESSOS QUE TRATEM DAS AÇÕES DO MPT BRASIL FORA DO NEGOCIADO X LEGISLADO

Empresas que se encontram processadas pelo Ministério Público do Trabalho por conta de ações que visam à nulidade das cláusulas coletivas que tratam das cotas de PCD e de menores aprendizes têm vivenciado decisões conflitantes entre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Recentemente foram concedidas liminares em Reclamações sobre o tema pelos ministros Nunes Marques (RCL 49546) e Carmem Lúcia (RCL 49548). Ao mesmo tempo o ministro Ricardo Lewandowski tem negado seguimento às ações com o mesmo pano de fundo, como o fez na RCL 49.702.

Esse “debate” só vai se encerrar quando o STF julgar em definitivo o ARE 1121633 e a Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 381, que haviam sido pautados para julgamento em agosto, mas ainda sem resultado.

FORAM ABERTAS AS CONSULTAS Nº 41 E Nº 42 da SUSEP. ELAS PODEM TRAZER GRANDES INOVAÇÕES PARA A ATIVIDADE DA SEGURANÇA PRIVADA

A direção da Fenavist determinou a criação de grupo de trabalho para que sejam analisadas as mudanças advindas das Consultas Públicas 41 e 42 da SUSEP. As contribuições poderão ocorrer até o dia 10/12/2021.

Entre as possíveis inovações estão a revogação da Resolução 05/84, que gerava obrigações muito além do setor da vigilância, bem como a exclusão da exigência de cobertura de morte de qualquer natureza.

É ainda objeto de debate o afastamento da exigência de cobertura por invalidez, bem como o critério de cobertura (26 vezes a remuneração – morte de qualquer natureza ou 52 vezes a remuneração em caso de invalidez). Abre ainda a possibilidade de que cabe às CCTs estabelecer as coberturas mínimas.

A Fenavist dará suas contribuições, sempre em prol do desenvolvimento do setor, em ponto tão importante para a categoria, inclusive a sugestão de que a cobertura por mortes acidentais somente seja devida em decorrência do exercício da atividade da vigilância.

TORCIDA DE TESTEMUNHA NÃO VALE

Por conta da ausência de isenção de ânimo, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região manteve indeferido o depoimento de uma testemunha que demonstrou “apoio” à reclamante em processo trabalhista.

Na ação contra uma marmoraria, a testemunha informou que conhecia o autor de vista, mas que não era amigo dele. Mesmo assim, afirmou que “torcia” para que o reclamante ganhasse o processo, pois julgava que ele tinha direito ao que pleiteava.

Diante desse quadro, o seu depoimento foi INDEFERIDO, decisão essa mantida pelo Tribunal. O desembargador Platon Teixeira de Azevedo Filho, relator do caso no TRT-18, registrou que “Quem torce para um resultado específico na ação tem parcialidade e não pode servir de prova para embasar uma decisão judicial” e ainda que “a testemunha em testilha não foi compromissada e, de fato, não deveria ter sido ouvida”.

EMPRESA DEVE PAGAR INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO POR FALTA DE EPIS

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação de uma empresa paulista ao pagamento de indenização por dano moral coletivo por não ter fornecido equipamentos de proteção individual (EPIS) a seus empregados.

A indenização foi proposta pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Itu (SP), por meio de uma ação civil pública, pleiteando o pagamento do adicional de insalubridade bem como de dano moral coletivo. Tanto a sentença quanto o acórdão do TRT estabeleceram impor o dano moral, mantido pelo TST.

PARA O TST A EXIGÊNCIA DE TESTE DE HIV PARA CONTRATAÇÃO GERA CONDENAÇÃO DE EMPRESA

A 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformulou acórdão para condenar empresa de cruzeiros marítimos por danos morais pela exigência de teste de HIV quando da contratação de empregado.

A sentença e o acórdão do TRT da 9ª região haviam negado o pleito de dano moral, entendendo que a exigência de exames HIV e toxicológicos, por si só, não implica ofensa aos direitos da personalidade, sobretudo quando baseada em motivo razoável e destinada, de forma genérica, a todos os empregados. No entanto, o TST reformulou a decisão, em processo de relatoria da ministra Maria Helena Mallmann, que entendeu ter ficado caracterizado o dano moral, pois a exigência do teste como requisito para admissão é conduta discriminatória e viola a intimidade e a privacidade do trabalhador. Por unanimidade, a Turma deu provimento ao recurso e fixou a indenização no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

ESTADO DO AMAZONAS É CONDENADO A INDENIZAR PAIS DE DETENTO MORTO EM REBELIÃO

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) condenou o estado a indenizar em R\$ 60 mil, por dano moral, os pais de um jovem de 21 anos morto durante motim no Centro de Detenção Provisória Masculino 1 (CDPM 1) de Manaus.

O Poder Público ainda deverá pagar aos autores da ação pensão mensal de dois terços do salário mínimo até a data em que o rapaz completaria 25 anos. A partir dessa idade, até os 65 anos, a proporção será de um terço.

Durante disputa por comando de uma facção criminosa, cinquenta e cinco detentos foram assassinados por outros presos, em rebelião que se estendeu por cinco presídios de Manaus/AM, durante os dias 26 e 27 de maio de 2019, ocasionando a condenação nos autos do processo nº 0649872-80.2019.8.04.0001, julgado pelo TJ-AM.

***CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Gabriela Branco e Juliana Costa Couto.**

Sindesp-PR investe em aprimoramento em função da LGPD

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) investiu ao longo de 2021 na adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Com uma consultoria especializada da empresa Agille For All, a entidade trabalhou em diversas frentes, com a orientação de seus colaboradores e parceiros. Foram realizados treinamentos para que todos os responsáveis pelos procedimentos do sindicato tenham consciência da importância do cuidado com dados pessoais.

A Comunicação também é uma ferramenta importante na estratégia voltada para a LGPD. A equipe de Marketing do sindicato preparou um conteúdo exclusivo com orientações aos empresários do ramo e aos cidadãos em geral esclarecendo o que é a nova lei e suas implicações nos negócios e na sociedade em geral. Houve ainda a publicação de uma cartilha digital, distribuída aos associados e disponível para todos os interessados.

O Sindesp-PR reconhece que a LGPD veio para ficar e por isso adotou as novas práticas para aprimorar a gestão interna. Acompanhe as novidades sobre o tema e outras ações do sindicato no Instagram: @sindespr.



Executiva do Sindesp-PR é homenageada

A executiva do Sindesp-PR, Adriana Wollinger, recebeu uma homenagem do Instituto Nacional de

Segurança Privada (Inasep) pelo trabalho realizado durante o ano de 2020. O Instituto destacou a excelência da gestão em termos de atuação no sindicato e de divulgação e apoio aos parceiros

do Sindesp-PR bem como às empresas filiadas. O Instituto ressaltou também que o Sindicato é hoje uma das entidades de referência e destaque nacional.

A executiva participa também de um workshop de mapeamento de competências de lideranças sindicais, promovido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A indicação foi feita pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), que destacou Adriana como exemplo de líder sindical.



Sindesp-MG apresenta novo delegado da Delesp-MG

Na noite do dia 22 de novembro, o presidente do Sindesp-MG, Edson Pinto Neto, recebeu o novo delegado da Delegacia de Controle de Segurança Privada (Delesp-MG), Elster Lamoia de Moraes, no auditório do Sindicato. O encontro reuniu gestores da segurança privada, além de membros da diretoria do Sindicato dos Vigilantes, com objetivo de apresentar o novo gestor da Delesp-MG e conhecer suas propostas de trabalho.

Segundo o delegado, apesar de ter havido troca no comando da delegacia, sua atuação seguirá com os mesmos objetivos, buscando sempre abertura ao diálogo com o segmento. "Não houve mudança radical, nem haverá. Pode ter algumas mudanças de entendimento, posicionamentos

e procedimentais, mas no fundo o objetivo é o mesmo. A Delesp-MG sempre esteve e continua estando aberta às empresas e aos vigilantes para consultas e orientações”, destacou.

Durante sua apresentação, o delegado Elster ainda chamou atenção para a Portaria nº 3233, que disciplina o segmento de segurança privada, revelando que, em breve, haverá a publicação de uma nova Portaria, que pode trazer algumas alterações. Além disso, contou que está sendo desenvolvido um novo Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada, o Gesp-3, com novas funcionalidades. Segundo ele, os empresários podem contribuir com sugestões, haja vista que, “como ainda está em desenvolvimento, o momento ainda comporta acrescentar e agregar alguma contribuição”.

Outra tecnologia que deve ser aprimorada em breve é o cadastro biométrico dos vigilantes, suspenso durante a pandemia. “Há um novo sistema já disponível para implementar a biometria como teste, o que provavelmente será feito em dezembro. Tão logo passe a fase de teste, será implantado de forma piloto para todo o País”, destacou o delegado.

Ele também abordou a questão da segurança clandestina. “É uma preocupação da Polícia Federal combater a clandestinidade de modo efetivo. Não consideramos justo que tenha uma atividade controlada, fiscalizada, e outra em paralelo sem controle nenhum.” Para isso, o delegado pediu o auxílio dos empresários para que sinalizem as irregularidades e trabalhem em conjunto com a Delesp-MG.

E destacou a importância da parceria com os sindicatos e com os empresários. “Se houver conscientização, já teremos conseguido alcançar um número menor de empresas clandestinas e os sindicatos podem ajudar nisso. Precisamos dessa linha colaborativa para agirmos onde for necessário”, disse.



Sindesp-CE inaugura auditório José Milton Pimentel

No dia 30 de novembro, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Ceará (Sindesp-CE) inaugurou o novo auditório da entidade. Por iniciativa do presidente Sindesp-CE, o espaço recebeu o nome de José Milton Pimentel, executivo do Sindesp-CE que faleceu em 2018. Durante a cerimônia, o empresário Fabiano Barreira da Ponte recebeu a medalha Milton Pimentel pelo excelente trabalho desenvolvido.

SEMEESP destaca a atuação da escolta armada durante a Black Friday

Com a situação mais amena no controle da pandemia, a economia brasileira viu na Black Friday, realizada no final de novembro, uma grande oportunidade de aquecer as vendas. E quem teve papel fundamental em todo o processo foram as empresas de escolta armada, conforme destaca o Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (SEMEESP).

O e-commerce (vendas pela internet) tem crescido a cada dia. Nessa modalidade, a escolta armada ajuda os distribuidores a garantirem as entregas aos clientes. Segundo o SEMEESP, o principal produto escoltado hoje e que está na mira dos marginais são os alimentos. Os gêneros alimentícios são os campeões de roubos e ataques de quadrilha, superando cigarros, eletroeletrônicos, pneus e medicamentos. Outra nova necessidade que está se apresentando é a de proteção adicional a combustíveis, pois uma carga do produto vale uma fortuna.



Atlas da Violência 2021

A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o Atlas da Violência – 2021, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), disponível para download. Nesse Atlas da Violência 2021, o Ipea e o FBSP contaram com a parceria do IJSN.

Como realizado nas últimas edições, buscou-se retratar a violência no Brasil principalmente com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. Na análise dos dados do SIM, verificou-se um importante aumento das mortes violentas por causa indeterminada no ano de 2019, que traz, entre outros pontos que serão tratados, implicações para a comparabilidade entre os anos do período analisado.

As análises dos dados de violência do Sinan, realizadas nas seções de violência contra a população LGBTQI+ e de violência contra pessoas com deficiência, foram centradas nos registros de violências cometidas por terceiros, excluindo-se assim os casos de agressão autoinfligida, ou seja, em que a vítima também foi registrada como uma das autoras da violência.

Como se verá a seguir, há duas novas seções neste ano, tratando da violência que atinge duas populações específicas: pessoas com deficiências e pessoas indígenas. Ao introduzir esses novos temas, considerou-se oportuno iniciar as seções com elementos relevantes para a compreensão da violência sofrida por esses grupos. No primeiro caso, foi inicialmente recuperada a própria evolução do conceito de deficiência, pois isso impacta a identificação e a mensuração da população com deficiência. No segundo, é brevemente apresentada a questão da identidade das pessoas de povos indígenas e se indica que a violência física não dá conta de toda violência étnico-racial e simbólica sofrida por essa população desde o nascimento do Brasil. Boa leitura! Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e tenha disponíveis mais de três mil títulos já publicados.

SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 2537-8301
E-mail: adm@semeesp.com.br
Presidente: Autair Iuga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
São Paulo-SP, CEP: 02512-000
Telefone: (11) 3858-7360
E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
Presidente: João Eliezer Palhuca

SINDESP/AC

Endereço: AV. Nações Unidas Nº 175 Sala 05 – Bosque – Rio Branco/AC – CEP: 69900-721
E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
Presidente: Carlos Eduardo Lobato Frota

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, SI 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
Telefone: (82) 3326-1325
E-mail: sindesp-albr@ig.com.br
Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
Telefone: (92) 3613-1213
E-mail: sindespam@sindespam.com.br
Presidente: José Pacheco Ferreira

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
Telefone: (96) 2101-3308
E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - SI 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
Telefone: (71) 3450-0411/0563
E-mail: sindespsba@terra.com.br
Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 SI 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
Telefone: (85) 3244-5599
E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
Presidente: Urubatan Estevam Romero

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
Telefone: (61) 3233-9922/8338
E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
Telefone: (27) 3325-5025
E-mail: sindespadm@terra.com.br
Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
Telefone: (62) 3218-5946/5174
E-mail: sindespgois@uol.com.br
Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA
CEP: 65020-251
Telefone: (98) 3221-4557
E-mail: sindespma@bol.com.br
Presidente: Domingos Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
Telefone: (31) 3327-5300
E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center SI 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
Telefone: (65) 3027-6607/3607
E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá, Belém-PA, CEP: 66073-000
Telefone: (91) 3246-3436
E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
Telefone: (83) 3241-6466/6489
E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
Telefone : (86) 99416-3677
E-mail: sindesp.pi@outlook.com
Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 - Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
Telefone: (41) 3233-6880
E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
Telefone: (21) 2293-4354
E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN
CEP: 59078-400
Telefone: (84) 3223-0476
E-mail: sindesprn@hotmail.com
Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO
CEP: 76828-870
Telefone: (69) 3229-0315
E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS
CEP: 90150-004
Telefone: (51) 3233-7172/9744
E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678/1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: sindesp-se@infonet.com.br
Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
Telefone: (63) 3213-2288/3214-6593
E-mail: sindespto@uol.com.br
Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESP/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jóquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
Telefone: (54) 3268-6555
E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
Telefone: (95) 3198-2203
Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca



EDMILSON PEREIRA DE ASSIS

Do semiárido do Nordeste para a vitória no mundo empresarial

Há 60 anos nascia na pequena cidade de Santa Cruz, encravada no semiárido do Rio Grande do Norte, o menino Edmilson Pereira de Assis. De lá para cá, a então incipiente Santa Cruz cresceu e apareceu nacionalmente como um dos mais famosos polos de turismo religioso do Brasil. Nesse meio tempo, o menino deixou para trás os cenários da caatinga que marcaram sua infância, migrou para a capital, Natal, estudou, se especializou, fez carreira no Banco do Brasil, de onde saiu para tornar-se nos dias atuais um empresário vitorioso, que comanda o grupo INTERFORT, com filiais em oito estados brasileiros, referência em segurança bancária e que gera empregos diretos e renda para dez mil famílias de brasileiros.

Bacharel em Direito, formado pelo UnP/Laureate, com MBA em Alta Gestão pela Universidade de São Paulo (USP), Edmilson Pereira acredita que a sua vocação e expertise para trabalhar no segmento de segurança privada surgiu por entre os corredores do Banco do Brasil. “Eu trabalhava na Tesouraria do Banco. Por essa minha experiência é que surgiu a paixão pela segurança bancária, uma vez que a tesouraria de um banco abrange processos de segurança rígidos. Saí do Banco do Brasil em 1995 e, no ano 2000, resolvi iniciar a minha empresa”, relembra.

Para o empresário, que mantém a matriz de sua empresa em Natal, os governos enfrentam nos dias atuais “grandes desafios” na área de segurança, em todos os estados e capitais do País. Em sua opinião, as dificuldades dos governos no enfrentamento da criminalidade podem, em um futuro próximo, serem minimizadas com a ajuda da segurança privada.

“Acredito que há uma tendência da segurança pública e a segurança privada começarem, cada vez

mais, a trabalhar em convergência, o que certamente proporcionará melhor resultado para a sociedade. Para mim, outro ponto inevitável é a questão da tecnologia, principalmente na área de segurança. A tecnologia precisa estar efetivamente presente para proporcionar um combate efetivo contra a criminalidade”, assinala.

Não foi só no campo empresarial que aflorou a vocação daquele menino nascido no semiárido do Rio Grande do Norte. Vencedor como empresário, logo ele passaria a mostrar interesse pela política sindical, segmento no qual exerce cargos em entidades patronais de destaque regional e nacional.

“Em 2005, assumi a presidência do Sindicato Patronal das Empresas Prestadoras de Serviços do Rio Grande do Norte (Sindprest/RN), passei a exercer vários outros cargos na Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), também sou presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Rio Grande do Norte (Sindesp/RN) e atualmente ainda atuo na política sindical nacional, como vice-presidente para Assuntos de Segurança Bancária da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e como diretor-financeiro da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac)”, ressalta.

Edmilson Pereira dá um recado a seus colegas do “mundo dos negócios”. Para ele, o empresariado brasileiro precisa se envolver mais politicamente, principalmente na atuação sindical.

“Só a união e a discussão coletiva promovem o crescimento dos setores empresariais. É muito importante a participação dos empresários na política”, enfatiza.



ALVARO MORAIS NEVES

Sempre em busca de desafios

Há praticamente uma década, Álvaro Morais Neves, 59 anos, iniciava a sua trajetória na segurança privada. Egresso das áreas de Recursos Humanos e Assessoria Jurídica de empresas de Navegação, o advogado viu no segmento uma oportunidade de se desafiar, de atender à necessidade de evolução constante, o que “soma novas experiências e desafios à minha vida profissional”, explica.

Na segurança privada se encontrou na atividade sindical. Alvaro é o gerente executivo do Sindicato das Empresas de Vigilância, Cursos de Formação e Segurança Privada dos Estados do Pará e do Amapá (Sindesp-PA/AP). Ele destaca o papel de fundamental importância dos profissionais que atuam no dia a dia dos sindicatos.

“Cabe aos gerentes executivos o planejamento, a análise e a constante atualização das informações pertinentes ao segmento e ao mercado, escolhendo sempre as melhores estratégias, planejamentos, organização e controle de recursos financeiros e humanos, sempre buscando o fortalecimento da categoria por meio da satisfação dos clientes, da manutenção dos serviços prestados com melhoria contínua.”

Para Alvaro Morais, os sindicatos são as entidades de estudo e defesa da categoria econômica, razão pela qual a importância sindical vai além da representatividade de um segmento, “exercem importante papel de representação em diversos âmbitos da sociedade”, explica.

O gerente executivo também defende maior participação das empresas na atuação sindical.

“A primeira razão para se filiar ao sindicato patronal é poder, em constante diálogo com o sindicato dos trabalhadores, discutir a categoria em geral, as dificuldades na qualificação de mão-de-obra, legislações e mudanças econômicas.”

Quando o assunto é o atual momento da segurança privada, Alvaro ressalta a importância da atividade na proteção de vidas e do patrimônio. Por isso, defende o investimento contínuo dos profissionais das empresas especializadas, “utilizando-se principalmente de tecnologias, técnicas e práticas que a modernizem”.

Em relação ao futuro, o gerente executivo destaca a utilização de parcerias entre os setores público e privado, de forma que as perspectivas nasçam desse desenvolvimento e da soma das experiências em busca de melhores resultados.

Entre os exemplos, ele cita a “mútua utilização de informações em ocorrências específicas; a criação de parceria com o uso de mecanismos/procedimentos de forma que os agentes privados possam acionar os órgãos de segurança (Polícia Militar e Civil), em caso de necessidade de auxílio, ou para relato de informações, além da troca de informações e estatísticas sobre a criminalidade, como principais tendências e ameaças”.

Para Alvaro Morais o segmento deve se pautar sempre pelo lema de que “unidos somos mais fortes”.



Fique ligado na nossa **Agenda**

FEVEREIRO

DIA 14 – Período da Tarde

- Reunião da Diretoria do Inasep

DIA 15 – Período da Manhã

- Reunião do Conselho Gestor da Fenavist

MARÇO

DIA 1º

- 33 anos da Fenavist

DIA 16 – Período da Tarde

- Assembleia Geral da WSF

DIA 18 – Período da Manhã

- Reunião com os jurídicos dos sindicatos estaduais

Dia 22 - Período da Manhã

- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

ABRIL

DIA 26 – Período da Manhã

- Assembleia Eleitoral da Fenavist - Gestão 2022-2026
- Assembleia Eleitoral da Inasep - Gestão 2022-2026

MAIO

DIAS 11 A 15

- Encontro Nacional das Empresas de Asseio e Conservação (ENEAC), Recife-PE

DIA 12 – Período da Tarde

- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

DIA 18 – Período da Tarde

- Reunião da WSF com entidades sul-americanas

JUNHO

DIA 6 – Período da Tarde

- Assembleia Geral Ordinária do Inasep (aprovação de contas de 2021)

DIA 7 – Período da manhã

- Assembleia Geral Ordinária da Fenavist (aprovação de contas de 2021)
- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

DIA 9 – Período da Tarde

- Reunião de Diretoria WSF (aprovação de contas de 2021)

JULHO**DIA 22**

- Início do mandato da nova diretoria da Fenavist (2022-2026)
- Início do mandato da nova diretoria do Inasep (2022-2026)

AGOSTO**DIA 19 – Período da Manhã**

- Reunião com os jurídicos dos sindicatos estaduais

DIA 22 – Período da Tarde

- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

DIA 23 – Período da Manhã

- Reunião do Conselho Gestor da Fenavist

SETEMBRO**DIAS 21 A 23**

- Feira ISC Brasil

DIA 22 – Período da Tarde

- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist

OUTUBRO**DIAS 19 A 22**

- Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (GEASSEG), Salvador-BA

DIA 25 – Período da Manhã

- Reunião do Conselho Gestor da Fenavist

DIA 26 – Período da Tarde

- Assembleia Geral WSF

NOVEMBRO**DIA 18 - Período da Manhã**

- Reunião com os jurídicos dos sindicatos estaduais

DIA 28 – Período da Tarde

- Assembleia Geral Ordinária do Inasep (aprovação do Orçamento 2023)
- Reunião da Diretoria Inasep com parceiros

DIA 29 – Período da Manhã

- Assembleia Geral Ordinária da Fenavist (aprovação do Orçamento 2023)
- Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist
- Confraternização de Final de Ano Fenavist/Inasep



CURSOS PARA CAPACITAÇÃO NO SETOR DA **SEGURANÇA PRIVADA**

Curso **Gesp**

Tem como objetivo fomentar o aperfeiçoamento do conhecimento das empresas do setor de segurança privada em relação ao Sistema GESP, e dessa forma, diminuir o índice de punições sofridas, que implicam desde advertências, multas, até mesmo a perda da licença de funcionamento da empresa.

O **Inasep** tem como um dos seus pilares promover o desenvolvimento educacional do setor da segurança privada e nesse sentido vem buscando parcerias para ofertar cursos, com valores mais acessíveis, para todo o setor.

INFORMAÇÕES:

Emely Rodrigues | 61 3327-5440

INSCRIÇÕES: negocios@inasep.org.br

Divulgue essa oportunidade.